



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2017 – CGL

O ESTADO DO AMAZONAS, através da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO – CGL, com Regimento Interno aprovado pela Lei Delegada nº 093, de 18/05/2007, adiante denominada simplesmente CGL, torna público que fará realizar Concorrência, tipo técnica e preço, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com Decreto Estadual nº 25.373 de 14/10/2005, a Lei nº 8.866, de 21/08/1993 e suas alterações posteriores.

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preços, definidos neste Edital, deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

ENDEREÇO: Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo – CGL – Av. Djalma Batista, nº 346, Ed. Maria Fontenely, Chapada – Manaus – AM:

- A) No Protocolo da Comissão Geral de Licitação na forma do Item 01, seção 04 deste edital, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis antes da abertura do certame; ou
- B) Na sala onde será processada a abertura do certame no dia 22/05/2017, às 10:30 horas.

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, as PROPOSTAS TÉCNICAS e as PROPOSTAS DE PREÇOS deverão atender ao disposto na legislação vigente e às normas deste Edital, na forma seguinte:

SEÇÃO 1 - DO OBJETO

1. A presente Concorrência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO, TIPO TÉCNICA E PREÇO, DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO AMAZONAS (PERH/AM) - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA**, de acordo com este Edital e seus anexos.

1.1. Entende-se por tipo técnica e preço o critério de avaliação adotado para a seleção da futura contratada, de acordo com as disposições estipuladas pela SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA.

1.2. A licitante vencedora será responsável pela execução dos serviços, pelos preços constantes dos quadros de quantidades da proposta, observadas as normas técnicas vigentes e aquelas fornecidas pela SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA.

SEÇÃO 2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Sem prejuízo de todos os termos e condições deste Edital, poderão participar da licitação, apresentando documentos e propostas, pessoas jurídicas isoladamente ou em consórcio, que tenham adquirido o presente Edital diretamente na CGL.

2. Eventual consórcio poderá ser constituído por:

a) empresas nacionais, assim entendidas as pessoas jurídicas constituídas e regidas pela lei brasileira e que tenham sede e foro em qualquer localidade do território nacional;

b) empresas nacionais com estrangeiras que não funcionam no Brasil, observando-se que neste caso a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira;

c) empresas nacionais com empresas estrangeiras que possuam decreto de autorização de funcionamento no Brasil, devidamente registrado.

CC 001/2017

Av Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone (92) 324-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

3. A participação sob a forma de consórcio deverá observar às seguintes condições, sob pena de exclusão do certame:

3.1. Eventual consórcio deverá ser composto por empresas que satisfaçam aos termos e condições deste Edital;

3.2. Apresentação de Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando: designação do consórcio, endereço, empreendimento, motivo de constituição do consórcio e indicação da empresa líder; bem como demais informações que o consórcio julgar pertinente.

3.3. Organização, objetivos e composição do consórcio, com a indicação do percentual de participação e do escopo dos serviços relativo a cada empresa perante o consórcio;

3.3.4. Responsabilidade solidária de todos os consorciados, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, tanto na fase de licitação, quanto na execução do contrato, ainda que cada consorciada execute parte específica do objeto;

3.5. Conferência de poderes à empresa líder pela direção, representação e a administração do consórcio perante a SEMA e perante terceiros pelas obrigações assumidas pelo consórcio, inclusive com poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, receber citação, assinar quaisquer documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto desta concorrência;

3.6. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, bem como o endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

3.7. Eleição do foro da cidade de Manaus-AM, como único competente para dirimir quaisquer questões relacionadas com a constituição do Consórcio e o seu relacionamento com o Governo do Amazonas;

3.8. O consórcio não terá composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia anuência da SEMA até a conclusão dos serviços que vierem a ser contratados, sendo vedada a alteração da composição do consórcio durante o período licitatório;

3.9. O consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros;

3.10. O consórcio PROPONENTE, se vencedor da licitação, fica obrigado a promover, em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação de homologação do certame, a constituição e o seu registro, nos exatos termos do compromisso apresentado nesta Licitação.

4. Não poderão participar, direta ou indiretamente:

4.1. Qualquer pessoa jurídica que, isoladamente ou em consórcio, tenha sido responsável pela elaboração do Projeto Básico objeto deste Edital, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, ou que, ainda que com percentual inferior ao antes mencionado pertença a um bloco de controle, responsável técnico ou subcontratado;

4.2. Pessoas jurídicas que possuam em sua diretoria ou quadro técnico, inclusive sob a forma de consultor contratado, servidor do quadro permanente, empregado comissionado ou dirigente da SEMA, ainda que licenciado temporariamente, vinculados à CGL e ao Governo do Estado do Amazonas;

4.3. Pessoa jurídica que esteja participando da presente Licitação como consorciada em mais de um consórcio ou como consorciada e isoladamente;

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

4.4. Pessoa jurídica consorciada, sua subsidiária, empresa controladora ou por ela controlada, através de mais de um consórcio;

4.5. Pessoa jurídica ou sociedade estrangeira que não esteja em funcionamento no Brasil, conforme artigo 1.134 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) desde que não esteja enquadrada no disposto no item 3 desta Sessão;

4.6. Pessoa jurídica controlada ou controladora, isoladamente ou na forma de consórcio, que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, pelo órgão que o praticou, bem como a que tenha sido punida com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração Estadual;

4.7. Pessoa jurídica que se encontre sob falência (conforme a Lei n. 11.101/2005), concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.8. Cooperativas, fundações e associações;

4.9. Consórcio composto por mais de 03 (três) empresas;

4.10. Empresas que ostentem quaisquer registros impeditivos constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>).

SEÇÃO 3 – DO CREDENCIAMENTO

1. Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a PROPONENTE no processo licitatório.

2. A representação da empresa junto à CGL formalizar-se-á com a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, procuração pública ou particular com firma reconhecida ou credenciamento, na forma seguinte:

a) No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, se presente à sessão, o representante da empresa deverá apresentar documento que o credencie a participar desta licitação respondendo por sua representada, devendo, ainda, identificar-se civilmente exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

b) O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou instrumento particular de procuração, neste caso, de acordo com o Modelo de Carta de Credenciamento constante do Anexo I do Edital, com firma reconhecida em cartório, no qual constem expressos poderes para atuar em todas as fases desta licitação, inclusive para decidir quanto à interposição e renúncia ao direito de recurso, desistências, dar descontos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente/ outorgante.

c) Em caso de credenciamento por procurador ou substabelecimento é obrigatória a apresentação da Procuração original ou fotocópia autenticada nos termos do item 5 da Seção 4, que concede poderes ao Procurador, acompanhado de ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa comprovando que o outorgante possui competência para conceder poderes ao outorgado para apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de abertura de propostas e de documentos de habilitação, oferecer lances verbais, assinar ata, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, prestar declaração, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do mandato.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

d) No caso de CONSÓRCIO, a procuração deverá ser outorgada por todas as empresas integrantes do CONSÓRCIO ou pela pessoa jurídica líder, desde que comprovada tal condição.

f) No caso de representação por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, tal condição deverá ser demonstrada, mediante apresentação de documento de identificação civil, acompanhado do respectivo Contrato ou Estatuto Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer individualmente direitos e assumir obrigações pela empresa.

g) No caso de PROPONENTE estrangeira ou membro estrangeiro de consórcio LICITANTE, deverá(ão) ser apresentada(os) procuração e/ou documentos equivalentes aos referidos neste item, conforme o caso, nos termos do item 8 da seção 4 deste Edital.

3: A falta de apresentação ou incorreção de qualquer dos documentos referidos no item 2 da seção 3 deste Edital, não desqualificará a PROPONENTE, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela empresa.

4. Uma mesma pessoa não poderá representar mais de um PROPONENTE, porém, um PROPONENTE poderá possuir mais de um representante.

SEÇÃO 4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

1. A Documentação para Habilitação, Proposta Técnica e a Proposta de Preços serão entregues à CGL, em 03 (três) envelopes distintos lacrados, contendo em suas partes externas frontais os seguintes sobrescritos:

COMISSÃO GERAL DE
LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2017
ENVELOPE N. 01
DOCUMENTAÇÃO
Razão Social e CNPJ

COMISSÃO GERAL DE
LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2017
ENVELOPE N. 02
PROPOSTA TÉCNICA
Razão Social e CNPJ

COMISSÃO GERAL DE
LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2017
ENVELOPE N. 03
PROPOSTA DE PREÇOS
Razão Social e CNPJ

2. A Documentação exigida nesta licitação deverá comprovar a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira da licitante;

3. A Documentação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços deverão ser apresentadas em envelopes distintos lacrados, em 01 (uma) via cada, completas, contendo os documentos exigidos e na ordem indicada neste Edital;

4. Para garantir a integridade da Documentação, das Propostas Técnicas e das Propostas de Preços, recomenda-se que estas contenham Índices (com a relação abreviada dos documentos apresentados, na ordem em que são solicitados neste edital) e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do licitante, além da rubrica ou assinatura de seu representante legal em todas as folhas.

5. Todos os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por Cartório competente.

5.1. Não serão feitas autenticações durante a sessão pública.

6. Os documentos e as propostas, bem como toda e qualquer documentação impressa encaminhada pelas Licitantes, serão apresentados em língua portuguesa, ou, se em outro idioma, deverão ser acompanhados de tradução oficial realizada por tradutor juramentado no Brasil, esta registrada em Cartório de Título e Documentos na forma da lei, e os documentos firmados fora do território brasileiro deverão ser notariados por notário público da jurisdição aplicável, nos termos da respectiva lei, bem como consularizados no Consulado Brasileiro competente;

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

7. Não serão aceitos e considerados documentos apresentados por telex, telegrama, via postal ou fax;

8. Em se tratando de empresas em consórcio, todos os documentos exigidos neste edital, em conformidade com os arts. 27 a 31 da Lei nº. 8.666/93, terão de ser apresentados por cada consorciado, conforme prevê o art. 33, inciso III da mesma Lei.

8.1. Conforme estabelecido no parágrafo 4º, do artigo 32 da Lei 8.666/93, as empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil, tanto quanto possível, atenderão às exigências dispostas nesta seção, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

9. Aberto o primeiro envelope de Documentação, não será permitida a participação de retardatários;

10. A abertura do invólucro contendo os Documentos obedecerá à ordem de entrega e após a conferência de seu conteúdo, serão os documentos rubricados, folha por folha, pelos membros da Comissão, seguidos neste ato pelas PROPONENTES ou seus representantes presentes à reunião.

11. Objetivando acelerar os trabalhos, a Subcomissão e os presentes poderão deliberar pela rubrica em apenas uma das vias da Documentação de cada participante.

12. A apreciação e o julgamento da Documentação de Habilitação será realizada em reunião posterior à de abertura, pela Subcomissão Específica.

13. Da reunião de abertura da Concorrência, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual ficarão registradas as ocorrências, devendo a mesma ser assinada pelas PROPONENTES presentes e pelos membros da Subcomissão Específica.

14. Nas atas das reuniões de abertura de Envelopes, a Subcomissão Específica fará constar a data da próxima sessão pública, na qual será informado aos PROPONENTES o resultado do julgamento das documentações ou propostas, conforme o caso.

SEÇÃO 5 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Poderão habilitar-se para a presente CONCORRÊNCIA, empresas isoladamente ou organizadas sob a forma de consórcio, sendo que em caso de consórcio, deverá respeitado o disposto no inciso III, do art. 33 da Lei nº 8.666/93 e o item 3 da Seção 2 e seus subitens, dispostos neste edital.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. Registro comercial e suas alterações, quando existirem, em se tratando de empresário.

2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

5. No caso de consórcio, todas as empresas participantes deverão atender às exigências contidas nos subitens 1, 2, 3 e 4, desta Seção, quando aplicável, devendo ainda, apresentar Termo de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, respeitadas às condições estabelecidas no item 3, da Seção 2, e seus subitens do presente Edital.

6. Os documentos mencionados nos itens 1, 2 e 3, desta Seção, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8. Inscrição estadual, se houver, e inscrição municipal relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e o INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 1.751 de 02 de outubro de 2014, admitindo-se que seja emitida via INTERNET, em validade.

10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitindo-se a apresentação de certidão emitida via INTERNET, em validade.

11. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, em validade;

12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011).

13. Os documentos acima exigidos devem ser obrigatoriamente relativos ao domicílio da sede da LICITANTE.

14. No caso de consórcio, todas as empresas participantes deverão atender às exigências contidas nesta seção.

14.1. As empresas estrangeiras deverão observar ao disposto no item 8.1 da Seção 4, deste edital.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16. O Licitante deverá atentar-se ao item 9., do Projeto Básico, no que se refere a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

17. Atestado de Aptidão Técnica, para comprovar a sua efetiva execução, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o bom e regular fornecimento de bens similares ao objeto do Edital e seus anexos, em condições compatíveis de quantidades e prazos, atendendo necessariamente os requisitos estipulados no modelo do Anexo V deste Edital.

17.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal, com assinatura reconhecida em cartório.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

17.2. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação.

18. Declaração de visita técnica (Anexo IV) expedida pela licitante, informando que a empresa, através de funcionário pertencente ao quadro técnico, tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

19. Cópia do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis da licitante, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (assinados pelos contabilistas e pelo titular ou representante legal da entidade), vedada sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação dessa documentação e proposta de preços exigidos neste Edital. No caso ainda, de empresa constituída como Sociedade Anônima, deverá, obrigatoriamente, comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio da licitante, conforme art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76.

20. A comprovação da boa situação de liquidez será feita através da demonstração, com base no balanço e através de memória de cálculo assinada por profissional devidamente habilitado em contabilidade, de que atende aos seguintes índices financeiros:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1,0$ (um inteiro), obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = _____ **= OU >1**

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

20.1. As demonstrações referidas no item 20., a, desta Seção, deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

20.2. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem índice de liquidez geral maior ou igual a 1,00 (um) ou que comprovarem possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei, e sendo admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, conforme o disposto no inciso III, do art. 33 da Lei nº 8.666/93.

20.3. No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar índice de liquidez geral ou solvência geral, (item 20.4), maior ou igual a 1,00 (um) ou possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei, e sendo admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, conforme o disposto no inciso III, do art. 33 da Lei nº 8.666/93.

20.4. No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do item 19. será atendida mediante apresentação do Balanço de Abertura, comprovando-se a boa situação financeira da empresa através da obtenção do Índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior a 1 (um), calculado e demonstrado pela licitante, por meio da seguinte fórmula:

SG = _____ **= OU >1**
ATIVO TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

21. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, expedida até 90 (noventa) dias antes da sessão de abertura desta licitação;

21.1. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no Item 21.

EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

22. Declaração de que não mantém, em seu quadro de funcionários, menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo constante do **Anexo II** do Edital.

23. Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, bem como das condições locais para o cumprimento das obrigações dela decorrentes, conforme modelo constante do **Anexo II** do Edital.

24. Declaração expressa de que a licitante se submete e concorda com todos os termos do presente Edital, elementos e especificações nele contidos e que os cumprirá fielmente, conforme modelo constante do **Anexo II** do Edital.

25. Declaração de que a licitante se compromete a comunicar à CGL eventual fato impeditivo a sua participação na licitação, se ocorrer durante o procedimento licitatório, conforme modelo constante do **Anexo II** do Edital.

26. Declaração de submissão à **FISCALIZAÇÃO** e ao controle técnico a ser efetuado por servidor expressamente designado para tal.

SEÇÃO 6 – DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a CGL considerará a Licitante inabilitada;

3. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante que efetivamente contratará com a Administração, com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial,

c) no caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que **COMPROVADAMENTE**, forem emitidos **SOMENTE** em nome da matriz, e vice-versa;

d) os atestados de aptidão técnica / responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com o CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

4. As certidões valerão durante os prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias corridos, contados de sua expedição;

5. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo;

6. A CGL poderá, a seu exclusivo critério, solicitar das Licitantes, que prestem esclarecimentos quanto aos documentos referentes à Habilitação, desde que as informações não correspondam a introdução de documentos que, originariamente, deveriam figurar da documentação (ou proposta).

7. O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CGL, em validade, substitui a documentação mencionada nos itens 1, 2 e 3 da Seção 5;

SEÇÃO 7 – DA PROPOSTA TÉCNICA

1. A proposta técnica deverá ser apresentada por meio de conta datilografada ou impressa, em 01 (uma) via, numerada, rubricada ou assinada, em todas as suas folhas, por seu representante legal, em papel tamanho ofício com o timbre do licitante em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

2. As propostas técnicas deverão obedecer ao disposto nas Instruções Complementares, para apresentação das propostas anexas no Projeto Básico.

SEÇÃO 8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A Proposta de Preços será carimbada com a razão social da empresa, apresentada datilografada ou impressa, em 01 (uma) via, em papel com o timbre da licitante em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais.

1.1. As propostas de preços deverão obedecer ao disposto nesta condição e Termo de Referência.

1.2. A proposta deverá conter, ainda, preço global e unitário de cada item cotado, em moeda nacional, com até duas casas decimais, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por extenso.

1.2.1. Entende-se que nos preços cotados estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos referentes à venda dos produtos, inclusive impostos, taxas, embalagens, fretes e seguros necessários para as entregas do objeto desta licitação;

1.3. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

1.4. Declaração de que a Proposta de Preços terá validade não inferior 90 (noventa dias) contados a partir da entrega das propostas.

2. A apresentação da proposta implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos e normas técnicas gerais ou específicas aplicadas.

3. Na elaboração de suas propostas, os licitantes deverão levar em consideração:

3.1. A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

3.2. Os preços dos insumos, salários e encargos incidentes;

4. Prazo de execução dos serviços do objeto da licitação será conforme o Projeto Básico.

5. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

SEÇÃO 9 – DO PROCEDIMENTO

1. No horário, dia e local estabelecidos neste Edital, as licitantes apresentarão, inicialmente em separado dos envelopes, o credenciamento dos seus respectivos representantes, na forma disposta na **Seção 3** deste Edital.

1.1. Uma vez entregues os credenciamentos, indicadas todas as licitantes presentes e aberto o primeiro envelope não será permitida a participação de retardatários.

2. Em seguida, as licitantes entregarão à CGL os Envelopes de n. 1 (**DOCUMENTAÇÃO**), de n. 2 (**PROPOSTA TÉCNICA**) e de n. 3 (**PROPOSTA DE PREÇOS**).

3. Aberto o Envelope de n. 1 contendo a **DOCUMENTAÇÃO**, após rubricadas todas as folhas pelos Membros da CGL, as mesmas serão oferecidas ao exame e à rubrica dos representantes credenciados das Licitantes presentes ao Ato, após o que a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

4. Os envelopes de n. 2 e n. 3 (**PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS**) serão mantidos fechados, sob a guarda da CGL, que os rubricará, juntamente com os representantes credenciados das Licitantes.

5. A CGL verificará a Documentação e serão consideradas habilitadas as Licitantes que atenderem integralmente a todas as condições previstas nas **Seções 5 e 6** deste Edital.

5.1. A Comissão designada pela CGL, obrigatoriamente, efetuará a verificação da veracidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet, mediante conferência destes documentos nos respectivos sites emissores.

5.1.1. Em atendimento a determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão 2296/2012-TCU/Plenário e para dar concretude à Lei nº 12.846/13 será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência, após análise das propostas e documentações e antes da declaração de vencedor, para verificar se o licitante ostenta algum registro impeditivo. Em caso de positivo, em cumprimento ao **Item 4.10 da Seção 2** do Edital, o licitante será excluído do certame (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/cels>).

6. **Intimadas do resultado do julgamento**, na forma da lei, caso todas as licitantes manifestem expressa renúncia ao direito de recurso contra a decisão de habilitação e/ou inabilitação, serão abertos os envelopes de n. 2 (**PROPOSTA TÉCNICA**), exclusivamente dos licitantes habilitados, que, também, serão rubricados em todas as folhas pelos Membros da CGL e demais participantes.

7. Se as licitantes não renunciarem ao direito de recurso na forma prevista no **Item 6 desta Seção**, os envelopes de n. 2 (**PROPOSTA TÉCNICA**) só poderão ser abertos após o transcurso do prazo de 05 (cinco) dias úteis e, se houver recurso, na mesma forma do **Art. 109, I, a, da Lei nº 8.666/93**, após o julgamento deste.

8. Decididos os recursos da fase de habilitação, ou na ausência deles, a CGL designará, na forma da lei, a data da sessão pública de abertura dos envelopes de n. 2.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

11

8.1. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CGL.

9. Abertos os envelopes de n. 2, após rubricadas todas as folhas pelos Membros da CGL, as mesmas serão oferecidas ao exame e à rubrica dos representantes credenciados das Licitantes presentes ao Ato, após o que a sessão poderá ser suspensa para julgamento das Propostas Técnicas, na forma da Seção 9 deste Edital e Projeto Básico deste Edital.

9.1. O licitante que apresentar a Proposta Técnica em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades substanciais, será considerado desclassificado nesta fase.

9.2. Intimadas do resultado do julgamento, na forma da lei, caso todas as licitantes manifestem expressa renúncia ao direito de recurso contra a decisão de habilitação e/ou inabilitação, serão abertos os envelopes de nº 3 (PROPOSTA DE PREÇOS) que, também, serão rubricados em todas as folhas pelos Membros da CGL e demais participantes.

9.3. Se as licitantes não renunciarem ao direito de recurso na forma prevista no Item 9.2 desta Seção, os envelopes de nº 3 (PROPOSTA DE PREÇOS) só poderão ser abertos após o transcurso do prazo de 05 (cinco) dias úteis e, se houver recurso, na mesma forma do art. 109, I, b, da Lei nº 8.666/93, após o julgamento deste.

9.4. Decididos os recursos da fase de habilitação, ou na ausência deles, a CGL designará, na forma da lei, a data da sessão pública de abertura dos envelopes de nº 3.

10. A abertura dos envelopes Proposta de Preços das licitantes classificadas tecnicamente somente ocorrerá depois de concluída a pontuação dos fatores de avaliação estabelecidos na Seção 10 e posteriormente à ocorrência de uma das situações descritas nos itens 9.3 ou 9.4 desta Seção.

10.1. A CGL examinará as Propostas de Preços para determinar se estão completas, se os documentos foram adequadamente assinados e se, de maneira geral, as propostas estão em ordem, aplicando as condições impostas pelas Seções 08 e 11 deste Edital.

11. Encerrado o julgamento das propostas de preços, a Comissão efetuará o Cálculo da Nota Final e Avaliação da Proposta Técnica e de Preço, segundo disposto na Seção 12 deste Edital.

12. A CGL lavrará Atas Circunstanciadas registrando todos os atos praticados no decorrer do processo licitatório, as quais serão assinadas por todos os seus Membros e, quando for o caso, pelas licitantes presentes.

13. Não serão objeto de exame ou deliberação, os fatos ou alegações não invocados até o encerramento dos trabalhos que não constarem das respectivas Atas.

14. Além das formas de divulgação de seus atos previstas neste Edital, a CGL poderá utilizar-se também do envio de quaisquer comunicados ou documentos por meio de aparelho de fax, mediante relatório emitido pelo dito aparelho, no qual será lançado por funcionário desta Comissão o nome da pessoa que confirma seu recebimento.

15. Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

SEÇÃO 10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

1. A Proposta Técnica que atender substancialmente aos requisitos dos Documentos de Habilitação será submetida a uma avaliação técnica detalhada, respeitando-se as exigências e critérios especificados no item 02, do Anexo 03, do Projeto Básico.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS**SEÇÃO 11 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

1. Decidida a Fase de Classificação Técnica, serão abertos os Envelopes nº 03 (Proposta de Preços) dos Licitantes classificados na fase anterior, cujas propostas serão rubricadas pela CGL e pelos representantes dos Licitantes **Habilitados e Classificados presentes ao ato**.

2. Os Licitantes que apresentarem a Proposta de Preços substancialmente em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, bem como as que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão desclassificados, assim consideradas:

2.1. As propostas com preços excessivos, assim consideradas aquelas cujo valor seja superior a **R\$ 1.040.533,98 (Um milhão, Quarenta Mil, Quinhentos e Trinta e Três Reais, Noventa e Oito Centavos)**;

2.1.1. As propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas cujos valores sejam inferiores a **70% (setenta por cento)** do menor dos seguintes valores:

2.2.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a **50% (Cinquenta por cento)** do valor orçado pela **SEMA**; ou

2.2.2. Valor orçado pelo **SEMA**;

3. As Propostas de Preços serão conferidas pela **CGL**, quanto a erros aritméticos nos cálculos somatórios. Os erros serão corrigidos pela **CGL** como segue:

3.1. Onde houver uma discrepância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os valores por extenso;

3.2. Onde houver discrepância entre preços unitários e o valor total do item, resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade, prevalecerá o preço unitário e o preço total deverá ser corrigido.

4. O preço Global proposto indicado na Proposta de Preços será corrigido pela **CGL**, de acordo com os procedimentos acima descritos para correção de erros e, com a anuência do licitante, será considerado como o preço proposto. Caso o licitante não aceite a correção do valor da proposta, esta será rejeitada.

5. A **CGL** poderá relevar erros ou omissões formais, dos quais não resultem prejuízos para a Administração Pública ou para os demais licitantes.

6. Após as eventuais correções, a **CGL** procederá ao cálculo da "Nota da Proposta de Preço", conforme critérios constantes no **Item 03, do Anexo 03, do Projeto Básico**.

SEÇÃO 12 – AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO

1. O cálculo de avaliação da nota final será realizado conforme o procedimento estabelecido no **Item 04, do Anexo 03, do Projeto Básico**.

SEÇÃO 13 – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

1. Decairá do direito de impugnar este Edital a licitante que não o fizer até o **segundo dia útil** anterior à abertura dos envelopes de Documentação, hipótese em que tal Impugnação, se houver, não terá efeito de recurso.

CC 001/2017

Av. Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone: (92) 3214-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP: 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

2. Qualquer cidadão tem legitimidade para impugnar este Edital, desde que o faça fundamentadamente e protocole o pedido até cinco dias úteis anteriores à abertura da DOCUMENTAÇÃO.

3. Sempre que possível, a CGL designará, a data e hora a partir da qual poderão ser retiradas as respostas às impugnações eventualmente formuladas. Neste caso, a não comunicação ou não comparecimento da Licitante para receber a resposta no prazo estabelecido implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, incorreções, omissões ou falhas nos referidos elementos.

4. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5. As retificações do Edital, de ofício ou decorrentes de impugnações procedentes, serão divulgadas pela mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

SEÇÃO 14 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Os recursos das decisões da Subcomissão Processante serão apresentados por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data de lavratura de quaisquer das atas, conforme o caso, e serão dirigidos ao Presidente da CGL.

2. Não reconsiderando a sua decisão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a Subcomissão encaminhará o recurso ao Presidente da CGL.

3. A CGL dará ciência dos recursos às demais Licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4. Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação de Licitante, ou contra o julgamento da Proposta de Preços, terão efeito suspensivo.

5. A intimação dos atos nos casos de habilitação ou inabilitação de Licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação e rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da Administração, será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação das Licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todas as Licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta e verbal aos interessados, fazendo de tudo constar da respectiva ata.

6. Os recursos serão interpostos perante a CGL, mediante o pagamento da taxa de expediente respectiva, recolhida em DAR, em uma das agências do BASA, CEF, BRADESCO, BANCO DO BRASIL, LOTERIAS ou outras agências da Rede Bancária credenciada pela SEFAZ.

6.1. Os recursos das decisões proferidas na presente licitação serão processados e julgados na forma prevista na Lei n.º 8.666, de 21.08.93, em seu art. 109.

7. A CGL analisará o recurso, podendo nesta oportunidade reconsiderar a decisão recorrida, ou ratificá-la, quando então deverá submetê-la à apreciação da Autoridade Superior definida no item anterior.

8. Todas as demais licitantes serão comunicadas sobre a interposição de recurso através de simples comunicado, para usarem de sua faculdade de impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

8.1. Excepcionalmente, quando frustradas as tentativas de comunicação de interposição mencionadas no item acima, a mesma se dará por meio de publicação no Diário Oficial do Estado.

9. A interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo implica suspensão da fluência do prazo de validade das propostas.

10. Os recursos somente poderão ser interpostos no local de funcionamento da CGL, das 08:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, obedecendo aos prazos legais.

10.1. Não serão admitidos, aceitos ou conhecidos recursos interpostos via fax.

SEÇÃO 15 – DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. Os recursos necessários à realização dos serviços ora licitados correrão à conta dos recursos previstos no Orçamento do Governo do Estado do Amazonas, à conta do seguinte destaque orçamentário: 18.541.3248.2146.0001 - Fonte: 480.

SEÇÃO 16 – DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DA ASSINATURA DO CONTRATO

1. A Subcomissão Processante fará relatório circunstanciado dos trabalhos realizados, apontando os fundamentos da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal das licitantes, a partir dos menores preços globais exequíveis ofertados. Transcorrido o prazo recursal ou julgados os recursos, o Presidente da CGL declarará o vencedor do certame e o processo será encaminhado a Senhora Secretária da SEMA, a quem, conforme o caso, competirá homologá-lo, anulá-lo ou revogá-lo.

2. A homologação e adjudicação do objeto desta licitação será efetuada mediante despacho da autoridade competente, observando-se as condições estipuladas no presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

3. A Adjudicatária deverá comparecer para assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação para esse fim, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei n.º 8.666/93.

3.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4. Por ocasião da celebração do contrato, a garantia será correspondente a 5% (cinco por cento), para garantia integral do contrato, devendo ser recebida para depósito pela Divisão de Contabilidade do ÓRGÃO CONTRATANTE, em conformidade com o § 1º do art. 56 da Lei nº 8666/93.

4.1. A garantia prestada pela contratante, que venha a ser contratada pelo ESTADO, será liberada ou restituída após a execução integral do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, mediante solicitação por escrito da CONTRATADA.

4.2. A prestação de garantia pela vencedora da licitação deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da homologação desta licitação em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8666/93, que são as seguintes:

4.2.1. Caução em dinheiro;

4.2.2. Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Estado do Amazonas, devendo ser revestidos de liquidez, livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da contratada;

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

4.2.3. Fiança bancária (a garantia somente será aceita com a entrega do original, não sendo aceita cópia autenticada por cartório ou por servidor do órgão contratante).

4.2.4. Seguro-Garantia (a garantia somente será aceita com a entrega do original, não sendo aceita cópia autenticada por cartório ou por servidor do órgão contratante).

4.3. Toda vez que houver acréscimo de importância não incluída na estimativa do valor do contrato, a garantia deverá ser complementada nos mesmos moldes daquela escolhida anteriormente, no prazo máximo de 03 (três) dias do recebimento, pelo contratado, do correspondente aviso sob pena de rescisão administrativa do contrato.

SEÇÃO 17 – DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO E DE EXECUÇÃO

1. Este Edital, o Projeto Básico e seu anexo, a Proposta Técnica e a Proposta de Preços (com eles conforme) farão parte integrante do Contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, independente de transcrição.

2. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n.º 8.666/93, o Contrato referente ao serviços de que trata o objeto será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório, na forma da Minuta de Contrato.

3. A Licitante Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços objeto deste Edital, sempre em regime de entendimento com a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato, conforme os termos da Minuta de Contrato.

4. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições editalícias e contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, conforme o caso, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5. É vedada a cessão total do contrato. A licitante Contratada não poderá subcontratar parcialmente os serviços objeto deste Edital, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.

5.1. Quando concedida a subcontratação, obriga-se a Contratada a celebrar Contrato com inteira obediência ao Contrato Original firmado com o Estado do Amazonas e sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade, reservando-se ainda ao Estado do Amazonas, o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada motivos para reclamar indenizações ou prejuízos.

6. O Contrato poderá ser alterado, mediante termos aditivos, com as devidas justificativas, durante sua vigência, na forma da Lei e nos limites previstos na Minuta de Contrato.

7. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato. O local de execução será conforme o Projeto Básico.

8. O prazo máximo para o início dos serviços fica fixado em 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, pela Fiscalização que, por sua vez, está condicionada à assinatura do Contrato.

SEÇÃO 18 – DA FISCALIZAÇÃO

1. A FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços será exercida pela SEMA, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as condições do Edital, da proposta e disposições do Contrato;

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

2. Ficam reservadas à **FISCALIZAÇÃO** o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no Edital, nas Especificações, nos Projetos, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com o serviço em questão e seus complementos, ouvido o Sr. Secretário da **SEMA**;

3. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da **CONTRATADA**, durante a execução do serviço, dependerá da aquiescência da **FISCALIZAÇÃO** quanto ao substituto apresentado.

SEÇÃO 19 – DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O pagamento, resultante da contratação do valor global do objeto, será efetuado de acordo com as medições mensais dos serviços efetivamente executados, conforme Proposta de Preços aceita pela Administração, ajustado à tabela de pagamento, nos termos da Minuta de Contrato.

2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

SEÇÃO 20 – DAS SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO:

1. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o órgão contratante poderá aplicar à contratada, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

1.1. Advertência;

1.2. Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo Estado;

1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

1.4. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

1.5. Multa de 10% sobre o valor do contrato, em caso de recusa da prestadora do serviço em assinar o contrato.

1.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

1.7. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 1.6.

2. A sanção prevista no item 1.7 será aplicada pelo Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo – CGL, na forma do art. 7º, I da Lei Delegada nº 93, de 18/05/2007.

SEÇÃO 21 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito dessa conclusão pela **CONTRATADA**, o **ESTADO** procederá ao Recebimento Provisório do objeto, pela fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes até 15 (quinze) dias da Comunicação escrita da **CONTRATADA**.

CC 001/2017

Av. Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone: (92) 3214-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP: 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

2. O ESTADO receberá, na forma do art. 73, inciso I, da Lei nº 8.666/93, os serviços em caráter definitivo no prazo não superior a 90 (noventa) dias, durante o qual fica a CONTRATADA obrigada a efetuar reparos, a juízo do ESTADO, que se fizerem necessários, quanto à qualidade e segurança dos objetos ocasionados por erro técnico na sua execução.

3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será Recebido em Definitivo por uma Comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

SEÇÃO 22 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

1. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Subcomissão Processante, ouvido o Presidente da CGL, poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas em envelopes lacrados, devidamente escolimadas das causas que deram origem a tal situação.

2. Caso a licitante seja considerada vencedora deste certame, não poderá disponibilizar o equipamento mínimo indicado em outras licitações, realizadas por esta Administração, com programação de execução no mesmo período da realização do objeto do supra mencionado certame, tendo em vista a necessidade de disponibilidade dos efetivos mínimos de equipamento para condução dos serviços em tempo hábil.

2.1. A prática da conduta descrita no item anterior poderá caracterizar fraude à licitação, ensejando as punições previstas em Lei, inclusive de natureza penal.

2.2. Caso venha a ser comprovado que, na licitação disciplinada por este Edital, a Licitante vencedora praticou a conduta vedada no Item 2, esta será considerada inabilitada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade e das sanções administrativas cabíveis.

3. As providências necessárias e os eventuais ônus decorrentes de desapropriação e remanejamentos necessários a execução dos serviços objeto deste Edital serão de responsabilidade da Administração.

4. O licitante que der causa ao retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, apresentar documento ideologicamente falso ou cometer fraude fiscal ficará sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, por até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.1. A sanção referida no Item 4 será aplicada pelo Presidente da CGL (na forma do art. 4º, XII da Lei Delegada n. 4, de 13 de Junho de 2005), em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

5. A Contratada será o única responsável pela guarda do objeto do presente Edital, bem como das instalações a ele relacionadas. Cumpre-lhe prover os necessários meios, com os fins de acautelar dos possíveis prejuízos decorrentes de ação humana ou de animais, referente à sua segurança e solidez.

6. Após a homologação do objeto deste certame, os envelopes lacrados de proposta de preços das empresas inabilitadas poderão ser devolvidos aos licitantes, mediante requerimento por escrito protocolizado nesta CGL. Os envelopes ficarão em poder da CGL, devidamente rubricados por todos os licitantes presentes, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação da homologação. Ultrapassado o período supra, será providenciada a destruição dos documentos. Os demais documentos (documentação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

das empresas habilitadas e inabilitadas, propostas de preços das empresas classificadas e desclassificadas) não serão devolvidos, vez que farão parte do processo licitatório respectivo.

7. As Licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação de suas propostas. O Estado do Amazonas não será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

8. Na contagem dos prazos previstos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

9. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela aquisição dos elementos necessários a organização de sua proposta.

10. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação neste certame das empresas representadas.

11. Estará sempre ressalvado à Administração, por despacho motivado da Autoridade competente do Órgão Requisitante, do qual dará ciência as licitantes, o direito de revogar ou anular esta licitação, sem que caiba a estes o direito à indenização, exceto, nos casos previsto no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

12. Independentemente das demais disposições deste Edital, é facultada ao Presidente da CGL, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes.

13. Qualquer comunicação à CGL, exceto impugnações, recursos, representações e pedidos de reconsideração, far-se-á no seguinte endereço:

Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo – Av. Djalma Batista, 346, 1º andar - Protocolo, Bairro Chapada, CEP – 69.053-000, na cidade de Manaus-AM, ou pelos fax (92) 3214-5622/ 3214-5628.

14. A apresentação de impugnações e questionamentos, a interposição de recursos administrativos e representações, referentes a presente licitação, poderão ser realizadas, diariamente, no horário das 08:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, no local de funcionamento da CGL, conforme Item 13 desta Seção.

15. Qualquer alusão à marca constante das especificações técnicas do objeto desta licitação, deverá ser considerada simples marca de referência, admitindo-se apresentação de similar.

16. São partes integrantes do presente Edital:

- a) Minuta de Contrato;
- b) Projeto Básico e seu anexo.

17. Vão anexos a este Edital os seguintes modelos:

- a) ANEXO I – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- b) ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO DA SEÇÃO 5;
- c) ANEXO III – MODELO DE CARTA-PROPOSTA DE PREÇOS;
- d) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;
- e) ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE APTIDÃO TÉCNICA.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

18. Em se tratando de empresas em consórcio, todos os documentos exigidos neste edital, em conformidade com os arts. 27 a 31 da Lei nº. 8.666/93, deverão ser apresentados por cada consorciado, conforme prevê o art. 33, inciso III da mesma Lei.

18.1. Em se tratando de empresas em consórcio será admitido, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, conforme prevê o art. 33, inciso III da Lei nº. 8.666/93.

19. Este Edital e seus anexos poderão ser examinados sem ônus por qualquer particular. Caso haja interesse na aquisição do Edital e seus anexos, com o intuito de participar da licitação, o particular deverá recolher o valor correspondente ao custo com a produção gráfica, considerando aqui o valor de R\$ 0,20 (vinte centavos de reais), por folha do edital (frente e verso), além de R\$ 5,00 (cinco reais) por CD disponibilizado com o conteúdo da licitação. Além desses custos, também deverá ser paga taxa de expediente no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), através de DAR (documento de arrecadação) no código do tributo - 4441 - Vendas de Editais/Secretarias, a ser recolhido em uma das Agências da Rede Bancária credenciada pela SEFAZ.

20. Não serão objeto de exame ou deliberação, os fatos ou alegações não invocadas até o encerramento dos trabalhos que não constarem das respectivas Atas. Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo Presidente da CGL, com fundamento na legislação de regência, doutrina e jurisprudência dominantes.

21. Fica eleito o foro da cidade de Manaus, para solução de quaisquer pendências ou controvérsias advindas da presente licitação e do Contrato dela decorrente, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Manaus/AM, 03 de Abril de 2017.


EPITÁCIO DE ALENCAR E SILVA NETO

Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo

Edital aprovado na forma do Artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Em: 03 / 04 / 17


Freixanço Paente

Assessoria da CGL

CC 001/2017

Av. Ijalma Batista, 346 - Chapada
Fone: (92) 3214-5622 / 5610
Manaus AM - CEP 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ANEXO I - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Manaus-AM, ____ de _____ de 2017

A

Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo - CGL

Manaus-AM

..... (empresa), estabelecida à, telefone, nomeia e constitui seu bastante procurador o senhor(a) (qualificação), ao qual confere poderes para representá-la perante a Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo, em especial no procedimento licitatório Concorrência n. / 2017 - CGL, podendo requerer, transferir, receber, dar quitação, transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

1 (Nome e Assinatura: Presidente, Diretor ou Assemelhado da Empresa).

FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO

(Nome e Assinatura: Representante Credenciado)

FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO

Observação: Esta carta deverá ser entregue à Comissão Geral de Licitação pessoalmente pelo representante credenciado até, impreterivelmente, a hora marcada para início da licitação, previsto no Aviso de Licitação do presente Edital.

CC 001/2017



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO DA SEÇÃO 5****DECLARAÇÕES**

Em cumprimento aos itens 22, 23, 24 e 25 da Seção 5, do Edital referente à Concorrência n./2017 – CGL, a Empresa, DECLARA:

1. Que não mantém, em seu quadro de funcionários, menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
2. Que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, bem como das condições locais para o cumprimento das obrigações dela decorrentes;
3. Que se submete e concorda com todos os termos do presente Edital, elementos e especificações nele contidos e que os cumprirá fielmente, e
4. Que se compromete a comunicar à CGL eventual fato impeditivo a sua participação na licitação, se ocorrer durante o procedimento licitatório

Manaus-AM,

de

de 2017

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

CC 001/2017

Av Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone (92) 3214-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ANEXO III - MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

A

Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo - CGL

Manaus-AM

Prezados Senhores,

A (empresa) estabelecida na vem apresentar proposta para **execução dos serviços** da Concorrência nº .../2017 – CGL.

Para tanto, propõe a execução dos serviços, pelo valor Global de R\$,
(.....),

A proposta formalizada através desta carta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da apresentação.

O prazo de execução dos serviços acima descritos, contados a partir da data da expedição da Ordem de Serviço, será de (.....) dias, conforme estabelecido no item do Projeto Básico.

Manaus-AM, de de 2017

Carimbo da licitante e assinatura do representante legal

CC 001/2017

Av. Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone: (92) 3214-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP: 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaração de Visita Técnica

Declaramos, para cumprimento do item 18, da Seção 5, do Edital referente ao procedimento licitatório Concorrência nº/2017 – CGL, que a Empresa....., representada neste ato por seu representante legal, o Sr. (a)....., portador do documento de identidade nº....., através do sr., funcionário pertencente ao seu quadro técnico, em/...../2017, visitou e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação em questão.

Manaus-AM, de de 2017

Carimbo da licitante e assinatura do representante legal

CC 001/2017

Av Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone (92) 3214-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ANEXO - V

MODELO DE ATESTADO DE APTIDÃO TÉCNICA

Atestamos que a empresa _____, CNPJ n.º _____, sediada em _____ (endereço) _____, forneceu os bens/prestou os serviços abaixo discriminados, não ocorrendo nada que a desabone.

Descrição do Serviço	Prazo de execução	Valor Global

Cidade/data

Cargo/assinatura

Dados da empresa emitente (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar no atestado o nome, o CNPJ e o endereço da empresa)

OBS: O cabeçalho deverá conter o timbre da pessoa jurídica de direito público ou privada emitente do atestado.

CC 001/2017

Av. Djalma Batista, 346 - Chapada
Fone: (92) 3214-5622 / 5640
Manaus-AM - CEP: 69050-010

CGL
Comissão Geral de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

MINUTA DE CONTRATO Nº/201...-CGL

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
..... celebrado entre o ESTADO DO
AMAZONAS, por intermédio da e a empresa
....., na forma abaixo:

Aos (.....) dias do mês de de nesta cidade de Manaus, na sede do situada na, nº, presentes o ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da (indicar o órgão pelo qual o Estado está contratando), doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Titular, o Senhor (nome, nacionalidade, estado civil, profissão do titular do órgão que realiza a contratação), residente e domiciliado nesta cidade, na (rua/avenida), nº portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº e (nome da firma contratada), adiante designado simplesmente **CONTRATADO**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do em de de, sob o nº, sediada nesta cidade, na nº, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ, sob o nº, neste ato representado por seu Representante Legal, o Senhor (nome), (nacionalidade), (estado civil), domiciliado na (rua/avenida), nº, portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº, em consequência do resultado da Licitação, na modalidade de Nº/20..., cuja homologação foi publicada no Diário Oficial do Estado, edição de de 20..., às fls., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº/200... doravante referido por **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE** conforme minuta aprovada pela PGE no processo nº 481/97-PGE, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1993, e pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: OBJETO - Por força deste Contrato a **CONTRATADA** obriga-se a prestar ao **CONTRATANTE** os serviços de (discriminar o serviço ou serviços), conforme a proposta datada de, constantes do **PROCESSO**, e do Projeto Básico, os quais se encontram rubricados pelas partes e passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos.

SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO - Os serviços ora contratados serão realizados sob o regime de.....

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto deste contrato será recebido provisoriamente e definitivamente como disposto no art. 73, da Lei nº 8.666/93.

TERCEIRA: OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - A **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

QUARTA: OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - A **CONTRATADA** é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto deste contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é também responsável por todos os encargos e obrigações concernente às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar a execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

equipamentos necessários aos serviços e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso do equipamento reparado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação à **CONTRATADA**, do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

QUINTA: DA CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - Havendo necessidade de contratação de mão-de-obra para a execução do objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** deverá efetuar a sua captação por intermédio do Sistema Nacional de Emprego - **SINE-AM**.

SEXTA: PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - O prazo de duração dos serviços ora contratados é de, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **CONTRATANTE** é obrigado a rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

SÉTIMA: DO PREÇO DOS SERVIÇOS - Pelos serviços ora contratados a contratada receberá o valor de R\$

OITAVA: DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado na forma da Lei 8666/93, mediante apresentação de faturas devidamente atestadas pelo setor competente da **CONTRATANTE**, faturas essas que serão processadas e pagas segundo a legislação vigente, devendo nesta oportunidade ser comprovado o recolhimento dos encargos previdenciários decorrentes desse contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A inadimplência da **CONTRATADA** quanto aos recolhimentos dos encargos previdenciários, autoriza o Contratante, na ocasião do pagamento, a retenção das importâncias devidas, como garantia, até a comprovação perante a fiscalização, da quitação da dívida, na forma do parágrafo primeiro, do art. 31, da Lei nº 8.212/91.

NONA: GARANTIA DOS SERVIÇOS - A **CONTRATADA** garante os serviços executados, comprometendo-se a corrigir qualquer defeito que se verifique no prazo de da data da conclusão dos mesmos.

DÉCIMA: VALOR - O valor global do presente contrato é estimado em R\$

DÉCIMA PRIMEIRA: PENALIDADES - Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual a **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ficará sujeito às sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à **CONTRATADA** a prévia e ampla defesa na via administrativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: PENAS - Serão aplicadas as seguintes penas:

I. Advertência;

II. Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo Estado;

III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

IV. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

V. Multa de 10% sobre o valor do contrato, em caso de recusa da prestadora do serviço em assinar o contrato.

VI. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO DO CONTRATO – O presente contrato poderá ser rescindido em uma das hipóteses elencadas pelo art. 78, através de uma das formas prescritas pelo art. 79, ambos os artigos da Lei nº 8.666/93.

DÉCIMA TERCEIRA: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE – A rescisão determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos de **CONTRATANTE** de:

1. assunção imediato do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. ocupação e utilização, se for o caso, do local, instalações, equipamentos, material e pessoal envolvidos na execução deste contrato;
3. retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A aplicação das medidas previstas nos itens 1 e 2 desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do item 2 deste artigo, o ato será precedido de expressa autorização do Secretário de Estado de _____.

DÉCIMA QUARTA: CESSÃO – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, a não ser com a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

DÉCIMA QUINTA: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO, IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR - Caberá a declaração de suspensão temporária do direito de participar de licitação, ou do impedimento para contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção; já a declaração de inidoneidade para licitar e contratar é aplicável à Administração Direta e Indireta da União, do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) ou de 10 (dez) dias, conforme se trate de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade, respectivamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As sanções a que se refere esta cláusula serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de suspensão do direito de participar de licitação e do impedimento para contratar não poderá ser superior a 05 (cinco) anos.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar perdurará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação, perante a própria autoridade que a aplicou, após 02 (dois) anos.

DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS - Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades, a **CONTRATADA** poderá, sempre sem efeito suspensivo:

1. Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 dias da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e multa;
2. Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 dias da publicação no Diário Oficial da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato;
3. formular pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 10 dias da publicação no Diário Oficial do Estado;

DÉCIMA SÉTIMA: ALTERAÇÃO DE CONTRATO - O presente contrato poderá ser alterado, através de aditamento, nos casos apontados pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de supressão dos serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão desde que regularmente comprovados.

PARÁGRAFO QUARTO: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUINTO: Incumbe, obrigatoriamente, à **CONTRATADA** comunicar ao **CONTRATANTE** os eventos previstos no parágrafo anterior e repassar-lhe os acréscimos ou diminuição dos preços dos serviços ora contratados, sob pena, de no caso de redução do valor dos serviços, ser obrigada a indenizar imediatamente o **CONTRATANTE** com a cominação das demais penalidades cabíveis.

DÉCIMA OITAVA: CONTROLE - A **CONTRATANTE** providenciará, nos prazos legais, remessa de exemplares do presente contrato ao TRIBUNAL DE CONTAS DO AMAZONAS. O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por indenização de qualquer natureza em decorrência de atos ou fatos vinculados à Fiscalização e ao Controle da Execução Orçamentária e da Administração Financeira.

DÉCIMA NONA: DOCUMENTAÇÃO - A **CONTRATADA** e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

VIGÉSIMA: DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO - As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: -, tendo sido emitida pelo **CONTRATANTE**, em a Nota de Empenho nº, no valor de R\$ (.....). No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta da dotação que for consignada no orçamento vindouro.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

VIGÉSIMA PRIMEIRA: FORO – O foro do presente contrato é o desta cidade de Manaus, com expressa renúncia da CONTRATADA a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

VIGÉSIMA SEGUNDA: PUBLICAÇÃO – O CONTRATANTE obriga-se a prover às suas expensas, devendo nesta data providenciá-la, a publicação, em forma de extrato, do presente contrato, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias no Diário Oficial do Estado, a contar do quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

VIGÉSIMA TERCEIRA: CLÁUSULA ESSENCIAL – Constitui, também, cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação dos serviços, exceto nos casos previstos na Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA está obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIGÉSIMA QUARTA: NORMAS APLICÁVEIS – O Presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação referente aos Planos Econômicos do Governo Federal que atinjam as cláusulas econômicas deste contrato, declarando a CONTRATADA conhecer todas essas normas, e concordando em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, de _____ de 201 .

Pelo CONTRATANTE:

Pelo CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:

R.G.:

CPF:

Ass: _____

Nome:

R.G.:

CPF:

Ass: _____



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (SEMA)**

**PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA
ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PERH-AM)**

**Manaus-AM
2017**

Av. Eduardo Ypiranga, 3280 - Parque 10
Fone: (61) 3642-4724
Manaus-AM - CEP 69050-030

**SECRETARIA DE ESTADO DO
MEIO AMBIENTE**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO BÁSICO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE

Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)

CNPJ Nº 05.562.326/0001-26

ENDEREÇO: Avenida Mário Ypiranga, 3.280, Parque Dez de Novembro. CEP: 69.055-030

CIDADE: Manaus ESTADO: Amazonas

TELEFONE: (092) 3659-1810

2. DESCRIÇÃO DA AÇÃO

2.1 - Título do Projeto: Contratação de pessoa jurídica para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AM).

2.2 - Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato com a pessoa jurídica vencedora da licitação.

2.3 - Identificação do Objeto: Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AM).

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Estado do Amazonas é conhecido mundialmente por sua disponibilidade hídrica e pela expressiva variedade de ecossistemas, ocupando uma área de 1.559.161.682 km², dividido em 62 municípios, tendo como capital, a cidade de Manaus. É banhado por uma infinidade de rios interligados, destacando-se o Rio Amazonas, com 6.570km de extensão. A grande malha hídrica formada tem importância fundamental nas atividades socioeconômicas do estado, através do transporte hidroviário e a pesca. As potencialidades do estado do Amazonas, conjugadas com suas riquezas naturais, intensificam a necessidade de planejamento a curto, médio e longo prazo para a gestão dos recursos hídricos, que representam grande parte do seu patrimônio natural e envolvem interesses econômicos, sociais e ambientais. Por outro lado, as dimensões continentais do estado do Amazonas são um grande desafio para a gestão dos recursos hídricos, requerendo um planejamento com estratégias, programas e ações que possam ser integrados a outras iniciativas de políticas públicas, otimizando tempo e recursos.

Através da Lei Federal nº 9.433/97 o Governo do Amazonas sancionou em 2007 a Lei nº. 3.167/2007, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Entretanto, apesar dos instrumentos existentes e dos esforços do Estado, o mesmo ainda não havia elaborado o seu Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), para nortear as ações que subsidiarão a implementação da Política Estadual de



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Recursos Hídricos, no que concerne à manutenção do equilíbrio entre a oferta e as disponibilidades hídricas, em quantidade e qualidade, bem como a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos.

Neste contexto, foi celebrado convênio entre o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), com o Ministério do Meio Ambiente/Fundo Nacional de Meio Ambiente (MMA/FNMA) e com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas (PERH/AM), visando orientar a implementação da política de recursos hídricos no Estado.

Diante do exposto, faz-se necessário a contratação de pessoa jurídica especializada na elaboração de estudos técnicos nas áreas de gestão de recursos hídricos, hidrologia, hidrogeologia, hidrometeorologia, planejamento ambiental, bacias hidrográficas, geográfica, sociológica e ter conhecimento e experiência da região Amazônica e/ou do estado do Amazonas, com equipe técnica multidisciplinar, que atuará nas diversas metas requeridas para elaboração do Plano.

4. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto deste Projeto Básico deverá contemplar todo o estado do Amazonas, no entanto as atividades aqui definidas, devem levar em consideração 32 municípios prioritários, das 9 regiões hidrográficas definidas pela Resolução CERH/AM nº 03, de 21 de setembro de 2016 (Tabela 01).

Tabela 01. Municípios prioritários por Região Hidrográfica do Estado do Amazonas.

REGIÃO HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIO
Manaus	Itacoatiara, Iranduba, Presidente Figueiredo e Manaus
Rio Negro	Barcelos, Novo Airão e São Gabriel da Cachoeira
Rio Madeira	Borba, Humaitá e Novo Aripuanã
Juruá	Carauari, Eirunepé e Juruá
Purus	Boca do Acre, Lábrea e Beruri
Alto Solimões	Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai
Médio Solimões/Japurá	Japurá, Tefé, Coari e Codajás
Careiro-Autazes	Careiro, Manacapuru, Iranduba e Autazes
Baixo Amazonas	Maués, Parintins, Barreirinha e Urucará



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

5. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

Para alcance do objeto deste Projeto Básico, a Contratada deve cumprir integralmente as quatro Metas, cada uma com um conjunto de atividades, que obrigatoriamente, devem obedecer aos princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes estabelecidos na Lei Estadual nº 3.167 de 2007, na Resolução do CERH/AM nº 03 de 2016, na Lei Federal nº 9.433 de 1997, assim como a Resolução CNRH nº 145 de 2012, em especial no que se refere ao conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos (Anexo 1).

5.1. META 1 - CONSTRUIR AS BASES METODOLÓGICAS PARA ELABORAÇÃO DO PERH.

Meta referente à definição das bases metodológicas para elaboração do PERH que deverão orientar a atuação da SEMA e da pessoa jurídica contratada, bem como esclarecer os atores a serem envolvidos no processo de construção do Plano.

Nesta Meta está prevista a realização de 5 (cinco) Oficinas de Integração, a serem realizadas em Manaus, para discussão da metodologia a ser aplicada e a formação do Grupo de Trabalho (GT) que será constituído, basicamente, pelas instituições que compõem o CERH/AM, com a finalidade de orientar a elaboração da metodologia a ser utilizada, bem como fazer o acompanhamento durante todo o processo de elaboração do Plano.

Elaboração do Plano de Comunicação, Mobilização Social e Educação Ambiental com vistas à construção do PERH, conforme metodologia prevista:

Por meio das oficinas de integração, será discutida a forma de organização e condução do processo de mobilização, comunicação social e educação ambiental, direcionados para a construção dos conceitos norteadores do PERH.

O Plano de Comunicação, Mobilização Social e Educação Ambiental deverá ter como conteúdo mínimo os seguintes itens:

- 1) descrição detalhada das atividades, visando orientar de maneira clara os conceitos norteadores do processo de construção do PERH;
- 2) planejamento das ações que serão realizadas nos municípios definindo seus objetivos, metas e escopo da mobilização;
- 3) desenvolvimento de processos de mobilização, articulação e participação para informar a comunidade sobre os aspectos relacionados ao PERH e seus estudos específicos;
- 4) mobilizar e divulgar para as 10 (dez) oficinas regionais, distribuídas nas regiões hidrográficas definidas pela Resolução do CERH nº 03/2016 e nos 02 (dois) seminários estaduais de lançamento do processo de elaboração do PERH, a serem realizados em Manaus;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- 5) cronograma e principais atividades desenvolvidas durante a elaboração do PERH, envolvendo a participação plural e representativa dos segmentos sociais interessados em partilhar um projeto de futuro coletivo;
- 6) atividades no âmbito da elaboração do PERH, discutindo a forma de organização e condução do processo de educação ambiental direcionado a construção da metodologia a ser utilizada, que são fundamentais para o esclarecimento e a sensibilização da população quanto a importância do plano.

5.2 META II - ELABORAR DIAGNÓSTICO, PROGNÓSTICO E CENÁRIOS FUTUROS DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO

A) Elaboração do diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos:

- 1) caracterização das bacias hidrográficas do Estado, considerando aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, políticos e culturais; caracterização da infraestrutura hídrica;
- 2) estabelecer a abrangência e os limites das 9 (nove) regiões hidrográficas levando em consideração o mapa constante da Resolução CERH nº 03/2016.
- 3) avaliação do saneamento ambiental;
- 4) avaliação quantitativa e qualitativa das águas superficiais e subterrâneas;
- 5) avaliação do quadro atual dos usos da água e das demandas hídricas associadas;
- 6) balanço entre as disponibilidades e demandas hídricas avaliadas;
- 7) caracterização e avaliação da rede de monitoramento quali-quantitativa dos recursos hídricos;
- 8) identificação de áreas sujeitas à restrição de uso com vistas a proteção dos recursos hídricos;
- 9) avaliação do quadro institucional e legal da gestão de recursos hídricos, estágio de implementação da política de recursos hídricos, especialmente dos instrumentos de gestão;
- 10) identificação de políticas, planos, programas e projetos setoriais que interfiram nos recursos hídricos;
- 11) caracterização de atores relevantes para a gestão dos recursos hídricos e dos conflitos identificados;
- 12) avaliação das demandas hídricas das bacias compartilhadas e dos possíveis conflitos (Estadual e internacional);
- 13) levantamento de informações de demandas hídricas referentes aos usos setoriais;
- 14) mapeamento e análise da distribuição espacial dos tipos de ocupação do solo na bacia, das áreas de preservação legal e dos remanescentes da cobertura vegetal;
- 15) caracterização da malha hídrica no Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

B) Elaboração do prognóstico e proposição dos cenários futuros para os recursos hídricos do Estado:

- 1) análise dos padrões de crescimento demográfico e econômico e das políticas, planos, programas e projetos setoriais relacionados aos recursos hídricos;
- 2) proposição de cenário tendencial, com a premissa da permanência das condições demográficas, econômicas e políticas prevalentes, e de cenários alternativos;
- 3) avaliação das demandas e disponibilidades hídricas dos cenários formulados;
- 4) balanço entre disponibilidades e demandas hídricas com identificação de conflitos potenciais nos cenários;
- 5) avaliação das condições da qualidade da água nos cenários formulados com identificação de conflitos potenciais;
- 6) necessidades e alternativas de prevenção, ou mitigação das situações críticas identificadas;
- 7) definição do cenário de referência para o qual o Plano de Recursos Hídricos orientará suas ações.

Além dos dados primários e coletados *in loco* a empresa também pode proceder à análise de dados secundários através do levantamento das informações pré-existent nos vários órgãos Federais e Estaduais, para a construção do diagnóstico dos recursos hídricos no Estado, que terá grande parte de suas informações no Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Margem Direita do Rio Amazonas – PERH/MDA, estudo realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, que traz um diagnóstico das bacias afluentes pela margem direita do Rio Amazonas.

6.3. META III - ELABORAR DIRETRIZES, PROGRAMAS E METAS DO PERH/AM

A) Elaboração do Plano de Ação do PERH:

- 1) definição das metas do plano;
- 2) ações ou intervenções requeridas, organizadas em componentes, programas e subprogramas, com justificativa, objetivos, executor, investimentos, fontes possíveis de recursos e prazo de implantação;
- 3) prioridades e cronograma de investimentos;
- 4) diretrizes para os instrumentos de gestão;
- 5) arranjo institucional ou recomendações de ordem institucional para aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e para implementação das ações requeridas;
- 6) recomendações de ordem operacional para a implementação do plano;
- 7) indicadores que permitam avaliar o nível de implementação das ações propostas;
- 8) recomendações para os setores usuários, governamental e sociedade civil;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- 9) metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
- 10) medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados para o atendimento das metas previstas;
- 11) prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- 12) diretrizes para a outorga do uso da água, que considerem a aleatoriedade das projeções dos usos e das disponibilidades de água;
- 13) diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- 14) propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos;
- 15) metas a serem alcançadas em prazos definidos, de acordo com a Política Estadual de Recursos Hídricos;
- 16) propostas de enquadramento dos corpos de água em classes de uso preponderante;
- 17) diretrizes para a implantação de processos de reciclagem de água dos grandes consumidores;
- 18) programas de desenvolvimento institucional, tecnológico, gerencial, capacitação profissional e de comunicação social, no campo dos recursos hídricos, com programação orçamentária e financeira definidas;
- 19) regras suplementares de defesa ambiental, para atividades que se utilizem dos recursos hídricos como insumo de processo produtivo, ou local de sua execução;
- 20) diretrizes para a proteção das áreas marginais de rios, lagos e demais corpos de água;
- 21) diretrizes de utilização sustentável dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado, a serem submetidas à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- 22) compatibilização das questões interbacias com o desenvolvimento integrado entre as unidades hidrográficas.

5.4 META IV - CONSOLIDAÇÃO DO PERH/AM

A) Elaboração do documento técnico final na versão completa e versão da cartilha, contendo:

- 1) diagnóstico das bacias: Meio físico; Meio biótico; Meio socioeconômico cultural;
- 2) recursos hídricos: Disponibilidades atuais; Qualidade da água; Demandas atuais; Conflitos existentes; Balanço hídrico.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- 3) cenarização quanto às disponibilidades, às demandas e à compatibilização entre elas:
Cenários tendenciais; Cenários alternativos;
- 4) metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- 5) intervenções recomendadas e programas de duração continuada;
- 6) programa de investimentos nos horizontes de planejamento considerados e cronograma físico-financeiro;
- 7) diretrizes para implementação dos Instrumentos de Gestão;
- 8) proposta para alocação de água na bacia;
- 9) diretrizes para a melhoria da qualidade da água na bacia;
- 10) articulações com interesses internos e externos à bacia;
- 11) arranjo institucional para a gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Amazonas;
- 12) recomendações para os setores usuários de recursos hídricos.

B) Elaboração da minuta de anteprojeto de lei do PERH e da respectiva regulamentação a ser encaminhada a Assembleia Legislativa do Estado.

O processo de elaboração do PERH deverá ser orientado de forma técnica, estratégica e política, considerando a participação dos atores que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e deverá ser reconhecido por Lei. Assim, a cada meta de elaboração do Plano (diagnóstico, prognóstico, cenarização e plano consolidado) corresponderá uma série de eventos públicos (seminários e oficinas), para apresentação dos trabalhos realizados e resultados alcançados, esclarecimento de dúvidas e coleta de sugestões. Ademais, os estudos intermediários e finais serão analisados e aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

O PERH deverá, ainda, ser articulado a outros planos locais e regionais e a normatização legal, sob uma perspectiva mais abrangente, buscando também interações com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Margem Direita do Rio Amazonas (PERH/MDA), que cobre cerca de 30% da área do estado, além do disposto na Resolução CERH/AM nº 003/2016, que dispõe sobre a divisão do estado do Amazonas, em nove regiões hidrográficas, para fins de gerenciamento de recursos hídricos. Nesse sentido, a elaboração do Plano deverá levar em conta as diretrizes e informações existentes nesses documentos e atos normativos, como também dos Planos de Bacias Hidrográficas, caso existam.

**6. PRODUTOS**

Os produtos abaixo especificados, a serem desenvolvidos e que comporão o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas – PERH deverão estar de acordo com as Metas contidas neste Projeto Básico.

6.1. OFICINAS DE INTEGRAÇÃO

6.1.1. A Pessoa Jurídica fica obrigada a designar equipe técnica que ficará responsável pela apresentação dos resultados alcançados na elaboração dos produtos, além de efetuar os procedimentos necessários aos ajustes e alterações dos documentos, nas 05 (cinco) Oficinas de Integração, conforme descrito abaixo:

ITEM	EVENTO	Período de Execução
1	Oficina de Integração em Manaus – AM	1º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Apresentação da equipe técnica da licitante vencedora contratada para elaborar o PERH; - Formação de Grupo de Trabalho. - Agenda de Reuniões do GT.		
2	Oficina de Integração em Manaus – AM	1º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Apresentação do Plano de Comunicação, Mobilização Social e Educação Ambiental do PERH para apreciação do GT.		
3	Oficina de Integração em Manaus – AM	1º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Apresentação da versão corrigida do Plano de Comunicação, Mobilização Social e Educação Ambiental do PERH para aprovação do GT.		
4	Oficina de Integração em Manaus – AM	2º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Apresentação da metodologia para elaboração do PERH para análise do GT.		
5	Oficina de Integração em Manaus – AM	2º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Apresentação da metodologia para elaboração do PERH, após análise do GT para aprovação; - Apresentação da operacionalização das ações do PERH.		

6.2. OFICINAS REGIONAIS

6.2.1. A Pessoa Jurídica fica obrigada a designar equipe técnica que ficará responsável pela apresentação dos resultados alcançados na elaboração dos produtos, além de efetuar os procedimentos necessários aos ajustes e alterações dos documentos, nas 10 (dez) Oficinas Regionais, conforme descrito abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ITEM	EVENTO	Período de Execução
1	Oficina Regional em Parintins – AM	7º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação do Diagnóstico Estadual de Recursos Hídricos do PERH; - Apresentação e validação do Prognóstico e Proposição de Cenários dos Recursos Hídricos do Estado.		
2	Oficina Regional em Tabatinga – AM	7º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação do Diagnóstico Estadual de Recursos Hídricos do PERH; - Apresentação e validação do Prognóstico e Proposição de Cenários dos Recursos Hídricos do Estado.		
3	Oficina Regional em Tefé – AM	7º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação do Diagnóstico Estadual de Recursos Hídricos do PERH; - Apresentação e validação do Prognóstico e Proposição de Cenários dos Recursos Hídricos do Estado.		
4	Oficina Regional em Humaitá – AM	7º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação do Diagnóstico Estadual de Recursos Hídricos do PERH; - Apresentação e validação do Prognóstico e Proposição de Cenários dos Recursos Hídricos do Estado.		
5	Oficina Regional em Manaus – AM	8º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação do Diagnóstico Estadual de Recursos Hídricos do PERH; - Apresentação e validação do Prognóstico e Proposição de Cenários dos Recursos Hídricos do Estado.		
6	Oficina Regional em Autazes – AM	8º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação das Diretrizes, Programas e Metas do PERH.		
7	Oficina Regional em São Gabriel da Cachoeira – AM	8º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH/AM; - Apresentação e validação das Diretrizes, Programas e Metas do PERH/AM.		
8	Oficina Regional em Boca do Acre – AM	8º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH; - Apresentação e validação das Diretrizes, Programas e Metas do PERH/AM.		
9	Oficina Regional em Eirunepé – AM	9º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados: - Contextualização do processo de elaboração do PERH;		



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- Apresentação e validação das Diretrizes, Programas e Metas do PERH.		
10	Oficina Regional em Manaus – AM	9º mês de execução
Atividades e/ou Produtos Apresentados:		
- Contextualização do processo de elaboração do PERH;		
- Apresentação e validação das Diretrizes, Programas e Metas do PERH.		

6.3 SEMINÁRIOS ESTADUAIS

6.3.1 A Pessoa Jurídica fica obrigada a designar equipe técnica que ficará responsável pela apresentação dos resultados alcançados nos Seminários Estaduais, além de efetuar os procedimentos necessários aos ajustes e alterações do documento, conforme descrito abaixo:

ITEM	EVENTO	Período de Execução
1	Seminário de lançamento do processo de elaboração do PERH/AM em Manaus – AM	2º mês de execução
O seminário estadual de lançamento do processo de elaboração do PERH terá como objetivo sensibilizar atores estratégicos para envolvimento no processo de elaboração do Plano.		
Atividades e/ou Produtos Apresentados:		
- Apresentação da equipe técnica responsável pela elaboração do PERH;		
- Apresentação da metodologia adotada para elaboração do PERH.		
2	Seminário de apresentação do PERH/AM em Manaus – AM	11º mês de execução
O seminário estadual para a divulgação do relatório executivo do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas, após sua aprovação no CERH.		
Atividades e/ou Produtos Apresentados:		
- Apresentação da Versão Aprovada do Plano Estadual de Recursos Hídricos pelo CERH.		

6.3.2. Caberá a Pessoa Jurídica a responsabilidade do transporte, hospedagem e alimentação dos membros da sua equipe técnica responsável pela elaboração dos produtos, indicados a participarem de todos os eventos programados (15 Oficinas e 2 Seminários).

6.3.3. Caberá a SEMA a responsabilidade pela organização de todos os eventos programados (15 Oficinas e 2 Seminários).



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

6.4 RELAÇÃO DOS PRODUTOS DAS METAS E PRAZOS A SEREM ENTREGUES

PRODUTOS (Após assinatura do contrato)	PRAZO (dias)
META I: Construção de Bases Metodológicas para Elaboração do PERH/AM	
- Plano de Comunicação do PERH, versão preliminar para apreciação e aprovação nas oficinas de integração do GT.	30
- Plano de Mobilização Social do PERH, versão preliminar para apreciação e aprovação nas oficinas de integração do GT.	
- Plano de Educação Ambiental do PERH, versão preliminar para apreciação e aprovação nas oficinas de integração do GT.	
Planos de Comunicação, Mobilização Social e Educação Ambiental, aprovados após as oficinas de integração do GT - Versão Final.	60
META II: Elaboração do Diagnóstico, Prognóstico e Cenários Futuros dos Recursos Hídricos do Estado	
- Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos do PERH, versão preliminar para apresentação e validação nas oficinas de integração.	180
- Prognóstico e proposição dos cenários futuros para os recursos hídricos do Estado, versão preliminar para apresentação e validação nas oficinas de integração.	210
- Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos e o prognóstico e proposição dos cenários futuros para os recursos hídricos do Estado, aprovados após as oficinas regionais – Versão Final.	270
META III: Elaboração de Diretrizes, Programas e Metas do PERH/AM	
- Plano de Ação, versão preliminar para aprovação.	240
- Relatório de Diretrizes, Programas e Metas, versão preliminar para apresentação e validação nas oficinas de integração.	240
- Plano de Ação e Relatório de Diretrizes, Programas e Metas, aprovados após as oficinas regionais – Versão Final.	270
META IV: Consolidação e Apresentação do PERH/AM	
- Relatório Consolidado do PERH, versão preliminar para apresentação e aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.	300
- Minuta de Lei de Regulamentação do PERH, versão preliminar para apresentação e aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.	300
- Relatório Consolidado do PERH, Minuta de Lei e regulamentação do PERH, aprovados após as reuniões no CERH.	360



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

7. A FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

- 7.1. A Pessoa Jurídica contratada apresentará os Relatórios/Planos correspondentes a cada meta, conforme Cronograma estabelecido no quadro 01, deste Projeto Básico.
- 7.2. Os produtos referentes aos serviços objeto deste Projeto Básico serão acompanhados, revisados e aprovados primeiramente, pelo Grupo de Trabalho (GT), pela equipe técnica e de fiscalização da Assessoria de Recursos Hídricos (ASSHID), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), que encaminhará para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) para a aprovação final.
- 7.3. Após análise dos produtos de cada meta, havendo solicitações de correções e modificações determinadas pelo GT, equipe técnica e de fiscalização da ASSHID/SEMA, para as quais a empresa terá 20 dias corridos para apresentar nova versão com as devidas modificações.
- 7.4. Sempre que os produtos preliminares forem submetidos à apreciação do GT, equipe técnica e de fiscalização da ASSHID/SEMA, esta terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar, emitindo Manifestação Técnica e/ou Parecer Técnico.
- 7.5. Todos os produtos intermediários e finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em seu formato final em 03 (três) vias originais, impressas em qualidade "Laserprint" ou similar, em papel formato A4, de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), com exceção de possíveis mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos das NB (Normas Brasileiras) para sua perfeita compreensão, e em meio digital.
- 7.6. Todo o material cartográfico deverá ser entregue em três vias impressas e em meio digital (incluindo toda a base cartográfica digital gerada no formato *Shapefile*), nos formatos mais apropriados para representação, discutidos e aprovados pela Contratante. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico.
- 7.7. Os mapas deverão ser entregues conforme descrito, abaixo:
- 7.7.1. Projetos elaborados compatível com uso no software ArcGIS (formato MXD) e GvSIG (formato GVP), em projeção geográfica, SIRGAS 2000;
- 7.7.2. As legendas devem estar no formato referente ao software ArcGIS (formato .LYR) e GvSIG (formato .SLD e .GVL);
- 7.7.3. Descrição da fonte de cada dado, características de projeção, data de elaboração, métodos de cruzamento utilizados, e demais características e parâmetros devem ser acordados com a equipe técnica da ASSHID/SEMA;
- 7.7.4. Em formato A0 (mapas murais) e A3 (para publicação e análises intermediárias), bem como seus respectivos projetos compatíveis para uso nos softwares indicados (MXD E GVP) e, também, nos formatos PDF E TIFF (com DPI superior a 300); Em formato digital, nos formatos



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

estabelecidos, bem como cópias impressas coloridas, em quantidade a ser acordada com a equipe técnica.

- 7.8. Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para a SEMA e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- 7.9. Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização da SEMA.
- 7.10. Fotografias e filmagens devem respeitar as normas explícitas na legislação vigente. A entidade executora deverá entregar os produtos previamente definidos neste Projeto Básico, e após aprovação da SEMA, poderá emitir nota/fatura de pagamento. A SEMA só autorizará o pagamento dos serviços após a correção dos produtos, caso houver, bem como, notas fiscais emitidas após atesto do mesmo.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META I

Meses de Execução	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Elaboração do Plano de Comunicação, Plano de Mobilização Social e Plano de Educação Ambiental.												

META II

Meses de Execução	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos do Estado												
Prognóstico e Proposição dos Cenários Futuros para os recursos hídricos do Estado												

META III

Meses de Execução	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Plano de Ação do PERH/AM												
Relatório de Diretrizes, Programas e Metas												

META IV

Meses de Execução	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Versão 1.0 do PERH/AM												
PERH/AM aprovado												
Minuta de Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas e sua respectiva regulamentação.												

Assinado eletronicamente no dia 10/06/2014
por: [Assinatura]
Cargo: [Cargo]

SECRETARIA DE ESTADO DO
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

9. AS PESSOAS JURÍDICAS QUE PARTICIPARÃO DO PRESENTE PROJETO BÁSICO DEVERÃO ATENDER AOS SEGUINTES CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE:

São elegíveis para fins de participação as instituições privadas, fundações institucionais, institutos e organizações não governamentais, cujas finalidades se relacionem com as características das ações aos quais concorrerão, podendo haver consórcio entre duas ou até três empresas nacionais, ou ainda entre empresas estrangeiras e nacionais de acordo com a Lei nº 8.666/93.

- Possuir e comprovar no mínimo 5 (cinco) anos de existência legal;
- Ter entre seus objetivos estatutários ou regimentais a competência para realização de atividades relacionadas ao objeto do projeto proposto;
- Comprovar equipe, instalações e aparelhagem adequada para a elaboração simultânea dos serviços durante a vigência do contrato ou a critério da supervisão;
- A Equipe deverá ser formada por pessoal técnico permanente e temporário, que ficará vinculada ao objeto da licitação, no caso de substituição de algum membro, o perfil deve ser apresentado a SEMA, e o mesmo deve atender aquele solicitado no edital. Pode ainda, contratar técnicos temporários para a realização de outras atividades conforme a necessidade. Deverá apresentar os respectivos currículos da equipe que trabalhará na execução dos serviços, com a definição da função a ser exercida por cada integrante, conforme descrito no Quadro 02;
- Apresentar comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Projeto Básico, na forma do art. 30, II, da Lei nº. 8.666/93, mediante atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado do emitente contendo razão social, CNPJ, endereço completo da Contratante e da Contratada, características dos serviços realizados, período de realização, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado, sem rasuras ou entrelinhas;
- Deverá ter experiência mínima de 5 (cinco) anos em atividades de levantamento de dados socioeconômico, diagnóstico e prognóstico e cenários;
- Apresentar comprovante de elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos, Plano Diretor, Plano de Bacias Hidrográficas e outros;
- Apresentar declaração que obteve todos os documentos que integram este Projeto Básico, dispondo de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preço e o completo conhecimento do objeto do mesmo.

122



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quadro 02. Lista mínima dos profissionais:

QTD.	CARGO	FUNÇÃO/EXPERIÊNCIA
1	COORDENADOR GERAL	<p>O coordenador geral deverá ter, necessariamente, formação acadêmica em nível superior em uma das seguintes áreas: gestão de recursos hídricos, hidrologia, geologia, engenharia ambiental, ou áreas afins, compatível com as exigências deste Projeto, preferencialmente com doutorado em uma das linhas de pesquisa: gestão de recursos hídricos, recursos hídricos e saneamento ambiental, hidrologia, engenharia de recursos hídricos, geociências, hidrogeologia, hidrometeorologia, qualidade da água, tecnologia ambiental e recursos hídricos e/ou ciências das águas.</p> <p>Com experiência comprovada através de certidões ou atestado de capacidade técnica nas seguintes áreas: gestão de projetos, administrativa, financeira e operacional, conhecimento formulação e execução de pesquisas, consultorias e demais serviços técnicos na área de recursos hídricos e bacias hidrográficas.</p> <p>Este Coordenador, será o elo entre a proponente vencedora e a SEMA durante a execução do contrato e será o responsável pela integração de todos os projetos.</p>
10	PROFISSIONAL SÊNIOR	<p>O profissional sênior deverá ter, necessariamente, formação acadêmica em nível superior em uma das seguintes áreas: gestão de recursos hídricos, hidrologia, engenharia de recursos hídricos, geologia, engenharia ambiental, economia, direito ou áreas afins, compatível com as exigências deste Projeto, preferencialmente com mestrado em uma das linhas de pesquisa: planejamento e gestão dos recursos hídricos, hidrologia e recursos hídricos, geologia/hidrogeologia, qualidade da água, avaliação sanitária e ambiental e/ou programas, orçamentos e custos, direito ambiental.</p> <p>Com experiência comprovada através de certidões ou atestado de capacidade técnica na formulação e execução de pesquisas, consultorias e demais serviços técnicos na área de diagnóstico, prognóstico, cenários, arcabouço legal em recursos hídricos e bacias hidrográficas.</p>
14	PROFISSIONAL JÚNIOR	<p>O profissional júnior deverá ter, necessariamente, formação acadêmica em nível superior em uma das seguintes áreas: ciências sociais, gestão de recursos hídricos, engenharia ambiental, hidrologia, engenharia de recursos hídricos, geologia, geografia, estatística, geoprocessamento, ou áreas afins, compatível com as exigências deste Projeto.</p> <p>Com experiência comprovada através de certidões ou atestado de capacidade técnica na formulação e execução de consultorias, pesquisas e demais serviços técnicos na área de diagnóstico e prognóstico em recursos hídricos e bacias hidrográficas, mobilização e participação social, gestão de recursos hídricos e atividades de campo para coleta de dados.</p>

OBS: Com exceção do Coordenador e de 1 (um) profissional sênior os demais profissionais não são obrigados a integrar o quadro fixo da contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

10. DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação prevista neste Projeto Básico (e seus anexos) será realizada na modalidade – Concorrência Pública, do tipo Técnica e Preço. Para tanto, as pessoas jurídicas participantes, deverão apresentar os documentos conforme previsto nos Anexos 01 ao 05.

As licitantes deverão apresentar até três envelopes contendo cópia dos documentos, a saber: "Documentos de Habilitação Jurídica", "Documentos da Proposta Técnica", e "Documentos de Proposta de Preço".

11. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

Os trabalhos serão acompanhados pela ASSHID/SEMA, por meio de contatos telefônicos, correio eletrônico e reuniões de alinhamento, avaliação e/ou ajustes metodológicos dos trabalhos podendo ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do contrato de serviço.

A ASSHID/SEMA será responsável em acompanhar e fiscalizar *in loco*, por meio de seus técnicos a execução das atividades previstas no cronograma e demais, pertinentes ao cumprimento do contrato.

12. OPERACIONALIZAÇÃO

Após o recebimento dos trabalhos, para fins de aprovação e aceite em relação ao trabalho executado, a contratada deverá realizar os ajustes técnicos consolidando as informações até o 11º mês, podendo a ASSHID/SEMA prorrogar o prazo de entrega do relatório final, sendo que o valor da licitação é fixo e irrevogável, não havendo, portanto aditivo de valores.

13. DA PROPOSTA

As licitantes, em todo e qualquer preço unitário de suas propostas, deverão incluir todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, tais como: material de consumo, salários, seguros, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e, todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, constituindo assim, a única remuneração pelos fornecimentos contratados.

14. PRAZO DO CONTRATO

O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que passa a contar a partir da data de assinatura do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

15. PLANO DE APLICAÇÃO

Programa/Projeto Atividade	Ação e Fonte de Financiamento	Elemento de Despesa	Valor estimado
Serviço de Pessoa Jurídica para elaboração do PERH/AM.	Ação: 18.541.3248.2146.0001 Fonte: 02800000	339035	R\$ 1.040.533,98

16. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

Número de Parcelas	Discriminação	Desembolso ao Valor Total do Contrato			
		%	Prazo	Valor da Parcela	Valor Total
01	META I	30	60 dias	312.160,19	312.160,19
02	METAS II e III	30	270 dias	312.160,19	312.160,19
03	META IV	40	360 dias	416.213,59	416.213,59
TOTAL					1.040.533,98

17. DECLARAÇÃO

Declaro que este Projeto Básico está de acordo com a Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Solicitamos Aprovação:

() APROVADO () NÃO APROVADO

Em: 23 / 03 /2017

Em: / 03 /2017


José Carlos Monteiro de Souza
Assessor Técnico de
Recursos Hídricos - SEMA


Antonio Ademir Stroski
Secretário de Estado do Meio
Ambiente - SEMA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXOS

- Anexo 01. Instrução para o envio dos documentos.
- Anexo 02. Instrução para preparação e entrega das Propostas.
- Anexo 03. Critérios de Avaliação e Julgamento das Propostas.
- Anexo 04. Quadros e Documentos Padrão.
- Anexo 05. Declaração de Aceitação da Responsabilidade Técnica.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO 01: INSTRUÇÃO PARA O ENVIO DOS DOCUMENTOS

Os documentos para a participação na presente licitação deverão estar em envelopes fechados, identificado com o nome do Proponente, o número e o título do conteúdo.

Cada Proponente deverá apresentar dois envelopes contendo cópia dos documentos, a saber: "Documentos da Proposta Técnica", e "Documentos de Proposta de Preço".

Os envelopes deverão estar fechados, identificados com o nome da Proponente, o número e o título do conteúdo, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Identificação do envelope contendo os documentos de Documentos da Proposta Técnica:

Envelope nº1: DOCUMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA

EDITAL nº: _____

PROponente: _____

CPF: _____

OBJETO DA LICITAÇÃO: _____

II - Identificação do envelope contendo os documentos de classificação – Proposta de Preço

Envelope nº2: DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO

EDITAL nº: _____

PROponente: _____

CPF: _____

OBJETO DA LICITAÇÃO: _____

A data limite para o envio das propostas será até o dia XX de xxx de 2017, Comissão Geral de Licitação – CGL, no endereço Av. Djalma Batista, 346 - Chapada, Manaus - AM, 69050-010 – Manaus - Amazonas.

Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

Os documentos podem ser enviados via Postal por: AR (aviso de recebimento), por SEDEX, ou entregues pessoalmente no seguinte endereço da CGL/AM.

A descrição dos documentos a serem entregues nas duas fases encontra-se listadas no Anexo 02 deste Projeto Básico.

A Contratante não se responsabiliza pela entrega dos documentos posterior a data de recebimento dos envelopes.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO 02 INSTRUÇÃO PARA PREPARAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

1. PREPARAÇÃO DA PROPOSTA

As Licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários. Quando se tratar de cópia deverá ser legível, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis. As proponentes devem elaborar uma Proposta Técnica e de Preço.

Projeto Básico

ENVELOPE Nº 1: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.1. Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal - CGL

1.2. Qualificação Econômico-Financeira - CGL

1.3. Documentação Relativa à Qualificação Técnica - SEMA

1.3.1. As Licitantes deverão apresentar a Proposta Técnica contendo no máximo 30 (trinta) páginas, no formato A4 com letra MS - Word Arial 12, em formato A4, e em A3 (tabelas e quadros), encadernados, com todas as folhas rubricadas e numeradas, em ordem crescente, sumário, apresentando ao final um Projeto Básico de Encerramento, declarando obrigatoriamente o número de folhas que o compõem, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, o nome do Licitante, o número do Edital e o objeto da licitação. Para todos os trabalhos realizados que forem citados, deverão estar acompanhados de seus atestados/declarações de aptidão técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que ateste ter o licitante prestado ou estar prestando satisfatoriamente serviços de natureza semelhante ao objeto ora pretendido.

1.3.2. Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprovem que a Proponente executou e/ou está executando serviços compatíveis ou similares ao conteúdo deste Projeto Básico e seus anexos.

1.3.3. Comprovação da Proponente em possuir no seu quadro permanente ou temporário, na data prevista para abertura da presente licitação, profissional (is) de nível superior, comprovando a execução dos serviços compatíveis ou similares ao conteúdo deste Projeto Básico e seus anexos.

a. Comprovação do vínculo com a Proponente, na data prevista para entrega da documentação, dos profissionais descritos na Relação da Equipe Técnica, Quadro 02 do Anexo 05, que deverá ser feito por meio de cópia da ficha de registro de empregado, com respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, ou cópia do CTPS, ou contrato social quando se tratar de diretor ou sócio, ou declaração do prestador de serviço quando se tratar de profissional sem vínculo com a Proponente, se comprometendo a desenvolver as atividades objeto deste Projeto Básico pelo período total de execução do mesmo;

b. Os atestados apresentados para comprovação da Capacitação técnico-operacional e técnico-profissional deverão ter sido emitidos por entidade pública ou privada, em nome da Proponente, da equipe mínima exigida, explicitando os serviços executados e respectivos quantitativos.

810



1.3.4 Apresentar declaração que obteve todos os documentos que integram este Projeto Básico, dispondo de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preço e o completo conhecimento do objeto do mesmo.

1.3.4. A Proposta Técnica deve ser preferencialmente, numerada sequencialmente, a fim de permitir maior agilidade no seu manuseio durante a conferência e o exame correspondente de todas as informações e documentos, redigidas em língua portuguesa, salvo as expressões técnicas de uso corrente, dispostas sequencialmente, assinada a última folha pelo titular ou representante legal e rubricadas as demais, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, devendo conter necessariamente. Deverá conter o Plano de Trabalho e a Experiência Técnica, assim enumerados:

1.3.4.1. Plano de Trabalho que deverá abordar, de forma clara e justificada, os seguintes subitens:

- ✓ Descrição das Atividades;
- ✓ Aspectos Metodológicos;
- ✓ Organização para execução dos serviços.

Deverá ser apresentado em forma de texto, quadros e ilustrações, contendo no máximo 30 (trinta) páginas, no formato A4 com letra no formato MS - Word Arial 12. Os gráficos, quadros, figuras e imagens poderão ser apresentados no formato A4. As atividades podem ser sintetizadas através de cronograma, organograma, fluxograma específico, envolvendo todos os procedimentos previstos e outras formas de apresentação que demonstrem de forma clara e concisa. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.

a. A Proponente deverá indicar claramente as metodologias que serão utilizadas em cada uma das atividades (considerando as etapas e fases) de seu plano de trabalho, acompanhada de quadro de planejamento das atividades e os procedimentos necessários para a realização das mesmas, como levantamento de dados secundários, reuniões, oficinas, audiências públicas e entre outras.

b. Descrição dos equipamentos, estrutura e recursos materiais que serão utilizados para a execução dos serviços, deve incluir equipamentos de informática, recursos audiovisuais, entre outros.

1.3.4.2. Experiência Técnico-Profissional

- ✓ Experiência Técnico-Profissional da Proponente;
- ✓ Experiência Técnico-Profissional da Equipe Técnica de Nível Superior.

Experiência técnica, neste item a Proponente demonstrará a capacidade Técnico-Profissional (da empresa líder e sua associada/consorciada se for o caso) para a realização dos serviços a que se propõe. Sendo coerente com o objeto do presente Projeto Básico e seus anexos. Consiste também, na apresentação da organização do seu quadro funcional sob a forma de organograma, da estrutura organizacional da equipe que executará os serviços. Indicando um coordenador técnico que deverá



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

estar integrado no quadro permanente da Proponente, o qual será o elo entre a Proponente vencedora e a Sema e demais parceiros envolvidos.

O item Experiência Técnico-Profissional deverá abordar, de forma clara e justificada o item de Experiência Técnico-Profissional da Empresa e Equipe Técnica de Nível Superior, bem como, preencher os quadros descritos no Anexo 04, item 1. Quadros e documentos a serem apresentados na Proposta Técnica.

ENVELOPE 2: DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinha e deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. Ser apresentada em 02 (duas) vias, contendo as informações exigidas no modelo do Anexo 05 deste Projeto Básico, constando o preço proposto expresso em Reais (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- II. Indicar o nome da Proponente, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da Proponente que efetivamente irá realizar o objeto da licitação (o mesmo informado na habilitação), endereço completo e telefone para contato.
- III. Constar o preço global proposto, que deve computar todos os custos unitários e necessários para a realização do objeto deste Projeto Básico, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custos ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços.
- IV. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então este prevalecerá.
- V. A proposta de preço será fixa e irrevogável.

ANEXO 03: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1. CONSIDERAÇÕES

Cada proposta receberá 2 (duas) notas de julgamento:

1.1. Fase de Classificação Técnica – será realizada em duas ETAPAS:

- a. **Etapla 01.** Análise da Proposta Técnica (pela SEMA) - será atribuída "Nota da Proposta Técnica (NPT)", obtida da análise, exame e julgamento da documentação apresentada no Envelope nº 1 – "Documentos de Proposta Técnica".
- b. **Etapla 02.** Nota da Proposta de Preço (NPP) (CGL), obtida da documentação apresentada no Envelope nº 2 – "Documentos de Proposta de Preço".



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

1.2. A Nota Final (NF) da Proponente será dada por meio da média ponderada das notas relativas à Nota da Proposta Técnica (NPT), que terá peso de 70% (setenta por cento) e a Nota de Proposta de Preço (NPP) que terá peso de 30% (trinta por cento).

1.3. Ao serem calculados as notas e o resultado final previsto neste Anexo, os valores não inteiros serão considerados até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, em todas as etapas do cálculo, de acordo com os critérios da ABNT – 5891/ABNT - Regras de Arredondamento, na numeração decimal.

2. DA ETAPA 01. ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA - Envelope nº 01 – “Documentos de Proposta Técnica”.

2.1. A Proposta Técnica será analisada e julgada atendendo condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos.

2.2. A Proponente que obtiver em qualquer item pontuação zero ou Nota da Proposta Técnica (NPT) igual ou inferior a 70 (setenta) pontos será desclassificada.

2.3. Será atribuída "Nota da Proposta Técnica" (NPT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, observando:

Quadro I. Critérios de avaliação para Nota da Proposta Técnica - NPT

ITEM	QUESITOS	NOTA MÁXIMA (Pontos)
1.	Plano de Trabalho (PT)	30
1.1	– Descrição das Atividades	15
1.2.	– Aspectos Metodológicos	15
2.	Formação Acadêmica e Experiência Técnico-Profissional	30
2.1.	– Formação Acadêmica da Equipe Permanente e Experiência	17
2.2	– Formação Acadêmica da Equipe Temporária e Experiência	13
3.	Experiência da Empresa	40
3.1.	– Experiência Geral	8
3.2.	– Experiência em elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas e Regiões Hidrográficas e demais estudos em Recursos Hídricos	10
3.3	– Experiência na elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos	12
3.4	– Tempo de experiência de execução de serviços com Recursos Públicos	10
NPT-MAXIMA		100

**2.4. AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO****Quadro II. Critérios de avaliação do Plano de Trabalho (PT) para Nota da Proposta Técnica – NPT**

ITEM	CONTEÚDO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Plano de Trabalho		
1	Detalhamento da metodologia: descrever a metodologia para realização dos trabalhos, acompanhada de quadro de planejamento das atividades contendo:	
	1.1. Descrição das atividades a serem executadas	15
	1.2. Aspectos Metodológicos	15
	1.2.1. Apresentação de Cronograma Geral de Execução/Produtos; 1.2.2. Apoio administrativo e Tecnologia e recursos materiais 1.3.3. Organograma para execução dos serviços e seus responsáveis	
TOTAL		30

2.5. AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA**Quadro III. Critérios de avaliação da Formação Acadêmica para a Nota da Proposta Técnica - NPT**

ITEM	CONTEÚDO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	FORMAÇÃO ACADÊMICA DA EQUIPE PERMANENTE E EXPERIÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL	17
1.1	Função de Coordenador Formação acadêmica em uma das seguintes áreas: gestão de recursos hídricos, hidrologia, geologia. Graduação (1 ponto), mestrado (2 pontos), doutorado (3 pontos).	3
1.2	Experiência Atestado de Capacidade Técnica e/ou Certidão como Coordenador em: - Mais de 1 (um) projeto similar = 6 pontos - Apenas 1 (um) projeto similar = 3 pontos	6
1.3	Função de Profissional Sênior Formação acadêmica em uma das seguintes áreas: hidrologia ou geologia. Graduação (1 ponto), mestrado (2 pontos).	2
1.4	Experiência Atestado de Capacidade Técnica e/ou Certidão do Profissional Sênior, em: - Mais de 1 (um) projeto similar = 6 pontos - Apenas 1 (um) projeto similar = 3 pontos	6
2	FORMAÇÃO ACADÊMICA DA EQUIPE TEMPORÁRIA E EXPERIÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL	13
2.1	Função de 01 Profissional Sênior Formação acadêmica em uma das seguintes áreas: gestão de recursos hídricos, engenharia de recursos hídricos, engenharia ambiental, hidrologia, geologia. Graduação (1 ponto), mestrado (2 pontos).	2
2.2	Experiência Atestado de Capacidade Técnica e/ou Certidão do Profissional Sênior, em:	6



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	- Mais de 1 (um) projeto similar = 6 pontos - Apenas 1 (um) projeto similar = 3 pontos	
2.3	Função de 01 Profissional Júnior Formação acadêmica em uma das seguintes áreas: ciências sociais, gestão de recursos hídricos, engenharia ambiental, hidrologia, engenharia de recursos hídricos, geologia. Graduação (1 ponto)	1
2.4	Experiência Atestado de Capacidade Técnica e/ou Certidão do Profissional Júnior, em: - Mais de 1 (um) projeto similar = 4 pontos - Apenas 1 (um) projeto similar = 2 pontos	4

2.5.1. Formação Acadêmica da Equipe Técnica e a Experiência Profissional (máx: 30 pontos) – os profissionais indicados e suas respectivas experiências constantes no Quadro III para as funções abaixo serão pontuados da seguinte forma:

2.5.1.1. Formação Acadêmica e a Experiência da Equipe Técnica - PERMANENTE (máx: 17 pontos) – os profissionais indicados e suas respectivas experiências constantes no Quadro III, para as funções abaixo serão pontuados da seguinte forma:

a. Coordenador Geral – serão aceitos somente cópias autenticadas do título universitário do Coordenador, e será pontuada a formação acadêmica de acordo com o seguinte critério: para graduação será atribuído 01 (um) ponto, para mestrado 02 (dois) pontos e para doutorado 03 (três) pontos, valendo apenas o título mais qualificado, podendo chegar a um máximo de 03 (três) pontos.

Experiência do Coordenador Geral - serão aceitos somente atestados de capacidade técnica e/ou certidões em que o indicado tenha exercido a função de Coordenador ou Responsável Técnico em trabalhos similares as do objeto da licitação, e serão valorizados de acordo com o seguinte critério: para cada atestado válido de participação em apenas 01 (um) projeto serão atribuídos 3,0 pontos, possuindo participação em mais de um projeto com atestado válido serão atribuídos 6,0 pontos, sendo 06 (seis) pontos no total.

b. Profissional Sênior – serão aceitos somente cópias autenticadas do título universitário do profissional sênior, e será pontuada a formação acadêmica de acordo com o seguinte critério: para graduação será atribuído 01 (um) ponto, para mestrado 02 (dois) pontos, até o máximo de 02 (dois) pontos, valendo apenas o título mais qualificado.

Experiência do Profissional Sênior – serão aceitos somente atestados de capacidade de técnica e/ou certidões em que o indicado tenha exercido a função requerida ou Responsável Técnico ou Membro de Equipe em trabalhos similares às do objeto da licitação, e serão valorizados de acordo com o seguinte critério: para cada atestado válido de participação em apenas 01 (um) projeto serão atribuídos 3,0 pontos,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

possuindo participação em mais de um projeto com atestado válido serão atribuídos 6,0 pontos, sendo 06 (seis) pontos no total.

2.5.1.2. Formação Acadêmica e a Experiência da Equipe Técnica - TEMPORÁRIO (máx: 13 pontos) – Os profissionais indicados no Quadro III para as funções abaixo serão pontuados da seguinte forma:

a. Profissional Sênior – serão aceitos somente cópias autenticadas do título universitário do profissional, e será pontuada a formação acadêmica de acordo com o seguinte critério: para graduação será atribuído 1 (um) ponto, para mestrado 2 (dois) pontos.

Experiência do Profissional Sênior - serão aceitos somente atestados de capacidade técnica e/ou certidões em que o indicado tenha exercido a função requerida ou Responsável Técnico ou Membro de Equipe em trabalhos similares às do objeto da licitação, e serão valorizados de acordo com o seguinte critério: para cada atestado válido de participação em apenas 01 (um) projeto serão atribuídos 3,0 pontos, possuindo participação em mais de um projeto com atestado válido serão atribuídos 6,0 pontos, sendo 06 (seis) pontos no total.

b. Profissional Júnior - serão aceitos somente cópias autenticadas do título universitário do profissional, e será pontuada a formação acadêmica de acordo com o seguinte critério: para graduação será atribuído 1 (um) ponto.

Experiência do Profissional Júnior - serão aceitos somente atestados de capacidade técnica e/ou certidões em que o indicado tenha exercido a função requerida ou Responsável Técnico ou Membro de Equipe em trabalhos similares as do objeto da licitação, e serão valorizados de acordo com o seguinte critério: para cada atestado válido de participação em apenas 01 (um) projeto serão atribuídos 2,0 pontos, possuindo participação em mais de um projeto com atestado válido serão atribuídos 4,0 pontos, sendo 04 (quatro) pontos no total.

11



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

2.6. AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA EMPRESA

Quadro IV. Critérios de avaliação da Experiência da empresa para Nota da Proposta Técnica – NPT.

ITEM	CONTEÚDO	PONTUAÇÃO
1.	Experiência Geral – relação de toda a experiência do licitante que contribua para fornecer um conceito geral de sua qualificação técnica, comprovada através da apresentação de atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no Conselho profissional competente.	8
1.1	De 1 até 2 Projetos	2
1.2	De 3 até 4 Projetos	4
1.3.	Acima de 5 Projetos	8
2.	Experiência em elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas e Regiões Hidrográficas e demais estudos em Recursos Hídricos	10
2.1	De 1 plano/estudo até 5 planos/estudos	5
2.2	Acima de 6 planos/estudos	10
3.	Experiência na elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos.	12
3.1	De 1 estado até 2 estados	6
3.2	Acima de 3 estados	12
4.	Tempo de experiência de execução de serviços com Recursos Públicos	10
4.1	0 a 1 ano	2
4.2	Maior que 1 ano até 3 anos	4
4.3	Maior que 3 anos até 5 anos	8
4.4	Maior que 5 anos	10
	TOTAL	40



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

2.7. DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA (NPT):

A Nota da Proposta Técnica (NPT) será obtida através da fórmula abaixo, utilizando-se duas casas decimais:

$$NPT = PT + FA + ETP$$

Sendo: NPT - Nota da Proposta Técnica.

PT - Pontuação do Plano de Trabalho;

FA – Formação Acadêmica;

ETP - Pontuação Experiência Técnica-Profissional

2.7.1. Avaliação Quesito "Técnica"

a. Apurada a pontuação geral da Proponente no quesito técnica, ser-lhe-á atribuído um Índice de avaliação, o qual será obtido a partir da análise comparativa das pontuações obtidas por todas as participantes, obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$A = B / C$, sendo: A = Índice do Proponente no quesito "técnica".

B = pontuação geral da Proponente no quesito "técnica".

C = maior pontuação obtida pelas Proponentes no quesito "técnica".

b. Apurado o Índice da "proposta técnica" da Proponente, será considerado o peso atribuído à "técnica", obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$D = A \times 70$, sendo: D = avaliação da Proponente no quesito "técnica"

A = Índice da participante no quesito "técnica".

70 = peso atribuído ao quesito "técnica".

3. DA ETAPA 02. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.1. Avaliação Quesito "Preço"

a. Ao custo da "Proposta Financeira" será atribuído um Índice de avaliação, o qual será obtido a partir da análise comparativa do custo das propostas financeiras apresentadas por todas as Proponentes, obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$E = G/F$, sendo:

E = Índice da Proponente no quesito "preço".

G = menor valor apresentado pelas Proponentes em suas Propostas Comerciais.

F = valor apresentado pela Proponente na Proposta Comercial.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

b. Apurado o Índice da Proponente no quesito "preço", será considerado o peso atribuído ao "preço", obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$P = 30 \times E$, sendo:

P = avaliação da Proponente no quesito "preço".

E = Índice da Proponente no quesito "preço".

30 = peso atribuído ao quesito "preço"

4. NOTA CLASSIFICATÓRIA FINAL

a. A "avaliação final" da Proponente será obtida a partir de suas avaliações nos quesitos "técnica" e "preço", obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$I = D + P$, sendo: I = "avaliação final" da Proponente na licitação.

D = avaliação da Proponente no quesito "técnica".

P = avaliação da Proponente no quesito "preço".

b. A classificação final da Proponente na licitação se dará pela análise comparativa das "avaliações finais" das Proponentes participantes. Será considerada selecionada a Proponente que obtiver a maior pontuação na "avaliação final" da licitação.

5. DO REAJUSTE

Os valores dos serviços e projetos são fixos e irreeajustáveis.

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO 04 - QUADROS E DOCUMENTOS PADRÃO

1. QUADROS E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA PROPOSTA TÉCNICA

QUADRO 01	Relação dos Serviços em Andamento ou Executados pela Empresa
QUADRO 02	Relação e Vinculação da Equipe Técnica Objetivo: Demonstrar a Experiência Técnico-Profissional da Equipe.
QUADRO 03	Relação dos Serviços Executados ou em execução pela Equipe Técnica.
QUADRO 04	Modelo de Currículo
ANEXO 06	Declaração de Aceitação da Responsabilidade Técnica

2. QUADROS E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA PROPOSTA TÉCNICA

QUADRO 01	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS E EM ANDAMENTO PELA EMPRESA				
Nº DE ORDEM (1)	IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS OU EM ANDAMENTO COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO		CONTRATANTE (Nome e Endereço)	ATESTADO/ CERTIDÃO (2)
		INÍCIO (Mês/Ano)	FIM (Mês/Ano)		
DATA:	NOME DA PROPONENTE:	IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES			

J M



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

QUADRO 04. MODELO DE CURRÍCULO			
1. NOME DO PROFISSIONAL:			
2. ÁREA DE ATUAÇÃO:			
3. DATA DE NASCIMENTO:		4. NACIONALIDADE	
5. FORMAÇÃO: (graduação, local e ano da conclusão do curso superior)			
6. ESPECIALIZAÇÃO: (área, local e data de conclusão)			
8. CARGOS OCUPADOS (principais cargos ocupados em ordem decrescente de data)			
Empresa/Entidade/Instituição		Cargo ocupado	Período
9. Até 02 (dois) trabalhos/atividades executados, que ilustrem a capacidade do profissional proposto de executar satisfatoriamente as tarefas a ele atribuídas (fornecer as seguintes informações abaixo especificadas, sobre aqueles que melhor exemplificam sua capacidade para a Área de Atuação Proposta no item 2 deste Currículo)			
Trabalho 1 (nome):			
Contratante:		Data de Início:	Data de Término:
Principais Características do Trabalho:			
Área de Atuação no Trabalho (conforme item 11):			
Tempo de Participação no Trabalho (na Duração (meses) área de atuação acima referida))	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)	Duração (meses)
Atividades Executadas no Trabalho:			
Trabalho 2 (repetir o quadro acima do "Trabalho 1"...			
10. Quadro Sintético do Currículo Por Área de Atuação			
Atividades exercidas/Título do Estudo ou Plano		Tempo (meses)	
Trabalho 1....			
Trabalho 2....			
11. Outras Informações (se houver, e que forem importantes).			
12. Indicar se tem disponibilidade de viagem () SIM () NÃO			



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO 05: DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, (NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL), CPF Nº _____, (registro no Conselho Nº), declaro que sou conhecedor das condições constantes na CONCORRÊNCIA Nº XX/2017 e que aceito participar da Equipe Técnica da Proponente (NOME DA PROPONENTE), inscrita no CNPJ Nº, para a prestação de serviços de (SERVIÇO QUE ELE EXECUTURÁ).

Manaus, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Declarante
(responsável técnico reconhecida em cartório)

(Assinatura do Representante Legal da Proponente reconhecida em cartório)

m